

Aula 00 - Profº André Rocha

*Prefeitura de Rio Branco-AC (Analista
Processual) Meio Ambiente - 2024
(Pós-Edital)*

Autor:

**André Rocha, Equipe André
Rocha, Equipe Materiais Carreiras
Jurídicas, Igor Maciel**

05 de Março de 2024

Sumário

Conceito de Meio Ambiente	3
1 - Conceito de meio ambiente.....	3
Fontes do Direito Ambiental	7
1 - Introdução	7
2 - Fontes materiais.....	7
2.1 - Doutrina jurídica.....	7
2.2 - Descobertas científicas e problemas ambientais	7
2.3 - Movimentos populares.....	21
3 - Fontes formais.....	22
3.1 - Fontes formais internacionais	22
Considerações Finais.....	29
Questões Comentadas.....	30
Conceito de meio ambiente	30
Fontes do Direito Ambiental.....	33
Lista de Questões	46
Conceito de meio ambiente	46
Fontes do Direito Ambiental.....	47
Gabarito	55



CONSIDERAÇÕES SOBRE A AULA

Olá, Estrategista!

Na aula de hoje, estudaremos os **conceitos** de meio ambiente e as **fontes** do direito ambiental.

Forte abraço e uma ótima aula!

Vem comigo!

Prof. André Rocha



Instagram: @profandrerocha



E-mail: andrerochaprof@gmail.com



Telegram: t.me/meioambienteparaconcursos



Canal do **Youtube:** Eu Aprovado



CONCEITO DE MEIO AMBIENTE

1 - Conceito de meio ambiente

Primeiramente, há que destacar que alguns autores apontam que o termo “meio ambiente” é **redundante**, pois o termo “ambiente” já designaria o meio que cerca os seres vivos e os elementos a sua volta.

Além disso, a depender da fonte da informação, a definição de meio ambiente pode variar bastante. Para fins de prova, algumas dessas definições são mais importantes que outras.

A primeira definição importante é a trazida pela **Lei nº 6.938/81**, que institui a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), em seu art. 3º, I:

Art 3º - Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

I - meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas;

(...)

Esse é o principal **conceito legal** de meio ambiente! Inclusive, até o advento da Lei nº 6.938/81, não havia definição legal para meio ambiente.

Cuidado para não confundir esse conceito trazido pela Lei nº 6.938/81 com o conceito de “**recursos ambientais**”, trazido pelo mesmo artigo, inciso V:

Art 3º - Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

V - recursos ambientais: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora.

Note que a definição de meio ambiente trazida pela PNMA menciona aspectos de ordem física, química e biológica, em princípio limitando o conceito a algo de caráter estritamente **natural**.

Por esse motivo, alguns autores divergem quanto a essa definição e trazem outras definições possíveis. A maior parte da doutrina destaca quatro acepções de meio ambiente: **artificial**, **cultural**, **laboral** e **natural**. Inclusive, o **STF** também já reconheceu essas classificações na ADI-MC nº 3.540 DF.

O **meio ambiente artificial** é o ambiente **urbano**, resultado das ações antrópicas, como os espaços urbanos abertos (praças, parques, ruas) e fechados (escolas, teatros) construídos pelo homem. O Estatuto da Cidade, instituído pela Lei nº 12.187/01, é um dos diplomas mais importantes de ordenamento do meio ambiente artificial no Brasil.



Por sua vez, o **meio ambiente cultural** abrange o conjunto de criações **tangíveis** (patrimônio material) e **intangíveis** (patrimônio imaterial) do ser humano sobre os elementos naturais, tais como as expressões de um grupo formador da sociedade brasileira.

Talvez você se pergunte: o **patrimônio cultural tangível** faz parte do ambiente artificial (é produto do ser humano) ou cultural (é parte da cultura)? De modo geral, a doutrina considera o patrimônio cultural tangível parte do meio ambiente **cultural**! Assim, um edifício tombado, por exemplo, embora construído por meio de ação antrópica em um espaço urbano, é considerado no âmbito do meio ambiente cultural!

Vamos recordar parte do art. 216 da Constituição Federal de 1988 (CFRB/88), que lista um rol exemplificativo do que está abrangido no **patrimônio cultural** brasileiro:

Art. 216 *Constituem **patrimônio cultural** brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:*

I - as formas de expressão;

II - os modos de criar, fazer e viver;

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

§ 2º Cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem.

§ 3º A lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais.

§ 4º Os danos e ameaças ao patrimônio cultural serão punidos, na forma da lei.

§ 5º Ficam tombados todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos.

Já o **meio ambiente laboral** (do trabalho) é o ambiente em que o humano trabalha, seja no meio **urbano** ou no meio **rural**, como as empresas e as lavouras. Lembre-se que o art. 200, VIII, da CFRB/88 inclui o ambiente de trabalho na tutela atribuída ao SUS:



Art. 200. *Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei:*

VIII - colaborar na proteção do meio ambiente, **nele compreendido o do trabalho**.

Por fim, o **meio ambiente natural** é aquele formado pelos elementos da natureza, **bióticos** (fauna, flora) e **abióticos** (ar, água, solo) e se aproxima mais da definição trazida pela Política Nacional de Meio Ambiente (mencionada inicialmente) e dos incisos I e VII do § 1º do art. 225 da CFRB/88:

Art. 225. *Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.*

§ 1º *Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:*

I - preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas;

(...)

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.



MEIO AMBIENTE
ARTIFICIAL

Resultado das
ações antrópicas
no meio urbano

MEIO AMBIENTE
CULTURAL

Patrimônio
cultural tangível
e intangível

MEIO AMBIENTE
LABORAL

Ambiente de
trabalho urbano
e rural

MEIO AMBIENTE
NATURAL

Elementos
bióticos e
abióticos da
natureza

Vamos ver como o conceito de meio ambiente é cobrado em prova!





(CEBRASPE/TJ-CE – 2012, adaptada) Considerando os diversos aspectos que envolvem o conceito de meio ambiente, particularmente o cultural e o do trabalho, assinale a opção correta.

- a) Considera-se meio ambiente cultural o ambiente integrado pelos equipamentos urbanos e edifícios comunitários, como as bibliotecas, pinacotecas, museus e instalações científicas ou similares.
- b) Ao estabelecer a tutela do meio ambiente, a CF dispõe que a proteção do meio ambiente, nele compreendido o meio ambiente do trabalho, constitui um dos objetivos do Sistema Único de Saúde.
- c) A todos os entes federativos compete a proteção de documentos, obras e outros bens de valor histórico, artístico, cultural e paisagístico, mas a competência para legislar sobre esses temas pertence, privativamente, à União.
- d) A definição legal de recursos ambientais compreende a fauna e a flora, as águas superficiais e subterrâneas, o solo e o subsolo, mas não o mar territorial e os demais elementos da biosfera.

Comentários:

A **alternativa A** está errada, pois trouxe a ideia de meio ambiente artificial, não cultural.

A **alternativa B** está correta e é o nosso gabarito. O meio ambiente laboral (do trabalho) é o ambiente em que o humano trabalha, seja no meio urbano ou no meio rural, como as empresas e as lavouras. Lembre-se que o art. 200, VIII, da CFRB/88 inclui o ambiente de trabalho na tutela atribuída ao SUS:

Art. 200. Ao sistema único de saúde compete, além de outras atribuições, nos termos da lei:

VIII - colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho.

A **alternativa C** está errada. Embora não tenha sido tema principal da aula, lembre-se que o artigo 24 da CFRB/88 prevê ser competência concorrente da União, estados e Distrito Federal legislar sobre proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico.

A **alternativa D** está errada. O conceito de "recursos ambientais", trazido pelo artigo 3º, inciso V, da Lei nº 6.938/81 é o de "a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora". Ou seja, o mar territorial e os demais elementos da biosfera estão sim inclusos!



FONTES DO DIREITO AMBIENTAL

1 - Introdução

Assim como em outros ramos do Direito, podemos subdividir as fontes do Direito Ambiental em materiais e formais.

As **fontes materiais** são baseadas nas principais na doutrina jurídica e nas questões ambientais contemporâneas, como movimentos populares, descobertas científicas e desastres/problemas ambientais.

Já as **fontes formais** estão oficialmente presentes na Constituição Federal, leis, normas, tratados internacionais, jurisprudência jurídica e outros documentos oficiais.

2 - Fontes materiais

2.1 - Doutrina jurídica

A doutrina jurídica é uma importante fonte material do Direito Ambiental, pois pode inspirar mudanças legislativas e interpretativas.

Um dos exemplos mais notórios desse tipo de inspiração relaciona-se à interpretação e desenvolvimento teórico dos princípios do Direito Ambiental, que, muitas vezes, são objeto de aplicação judicial das normas de proteção ao meio ambiente.

2.2 - Descobertas científicas e problemas ambientais

As descobertas científicas também representam importantes fontes materiais do Direito Ambiental, que, inclusive, podem dar origem a fontes formais. Nesse contexto, por exemplo, pode-se mencionar que a problemática do aquecimento global gerou a necessidade do Protocolo de Quioto; a problemática da destruição da Camada de Ozônio gerou a necessidade do Protocolo de Montreal e assim por diante.

Vejamos alguns casos notórios.

2.2.1 - Camada de Ozônio

O ozônio é um gás **incolor** (em certas condições, pode ficar ter aspecto **azulado**), de odor picante, que é uma variedade alotrópica do oxigênio (possui apenas um átomo de oxigênio a mais).

Uma característica importante é seu alto poder de **oxidação**, sendo **tóxico** aos animais e, sobretudo, aos vegetais quando atinge as camadas mais baixas da atmosfera em maiores concentrações. Sobretudo aos vegetais porque ele dificulta os processos fotossintéticos dos seres autótrofos.



As concentrações de ozônio na superfície terrestre são relativamente baixas (cerca de 0,02 ppm), mas isto muda muito com a altitude, com uma concentração máxima de cerca de 15 ppm em torno de 40 km de altitude (estratosfera).

As reações de formação e decomposição do ozônio atingem um equilíbrio nessa faixa da atmosfera, o qual é mantido na chamada **camada de ozônio**, que protege o planeta.

Sem o ozônio, a vida na Terra como a conhecemos não seria possível diante dos estragos que a radiação ultravioleta do Sol provocaria. Basta pensar que a pouca radiação UV que não é absorvida pelo ozônio e chega à superfície já traz grandes consequências, tais como o impacto no sistema imunológico, os danos à visão, o envelhecimento precoce e o induzimento a neoplasias (câncer).

Todavia, esse equilíbrio pode ser desregulado pela ação de catalisadores da depleção da camada de ozônio, isto é, de elementos altamente reativos que reagem com o ozônio, decompondo o O₃ em oxigênio molecular e, conseqüentemente, destruindo essa camada.

Em meados dos anos 1980, descobriu-se que a camada de ozônio sobre o Polo Sul (Antártida) estava sendo degradada rapidamente, formando o que se denomina "buraco na camada de ozônio". Essa descoberta alarmou os cientistas da época, sendo esta uma das principais pautas ambientais por muito tempo. Na época, estudos demonstraram que o ozônio estava sendo destruído pela presença de moléculas que contêm cloro e bromo provenientes dos **clorofluorcarbonetos** (CFCs).

Esses gases eram encontrados em diversos itens do dia a dia das pessoas, como sprays para cabelo, desodorantes, geladeiras e aparelhos de ar-condicionado; bem como em equipamentos sofisticados, como foguetes. Por isso, foi firmado, 1987, o **Protocolo de Montreal**, um tratado internacional em que os países signatários se comprometiam a substituir as substâncias que demonstrassem ser responsáveis pela destruição do ozônio. Anteriormente, em 1985, a **Convenção de Viena para a Proteção da Camada de Ozônio** já havia sido um marco nesse sentido.

Em âmbito nacional, também existem exemplos históricos, como a formação do Comitê executivo Interministerial para a Proteção da Camada de Ozônio (PROZON)¹, em 1995.

Com isso, a camada de ozônio começou a se recuperar, haja vista que a reação de formação do ozônio deixou de ter o equilíbrio alterado no sentido de decomposição da referida molécula. A despeito da redução do tamanho do buraco, deve-se esclarecer que ele ainda existe e é constantemente monitorado.

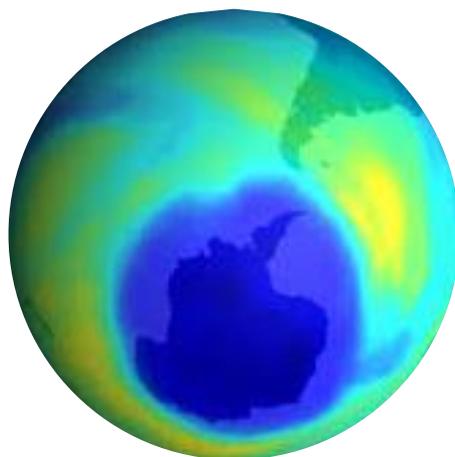
Além disso, cientistas afirmam que a redução do tamanho da camada de ozônio também possui grande influência de **fenômenos naturais** ainda não muito bem compreendidos. Inclusive, alguns cientistas asseveram que esses aspectos naturais são ainda mais determinantes do que as ações humanas de redução dos CFCs.

Em termos de localização, é importante destacar que o buraco da camada de ozônio se evidencia no **Polo Sul** porque é onde a redução do ozônio é mais flagrante e maior durante a primavera. Ademais, o frio

¹ O Decreto de criação do PROZON foi substituído pelo Decreto nº 6/2003, mas este foi revogado pelo Decreto nº 10.223/2020.



da região e a grande quantidade de luz ajudam a produzir as chamadas nuvens estratosféricas polares, onde é produzida a reação química de cloro e bromo que destrói o ozônio.



Buraco na camada de ozônio no Polo Sul, em 2001²

2.2.2 - Mudanças climáticas e aquecimento global

Ao longo de toda a história da Terra, as causas de mudanças no clima são variadas e estão sujeitas a diversos fatores naturais que fogem do controle humano. Muitas das causas naturais das mudanças climáticas possuem grande magnitude, sobretudo quando analisadas em horizontes de tempo extensos.

Por exemplo, estima-se que o planeta passa por ciclos de eras glaciais de alguns milhões de anos seguidas por períodos de temperatura mais elevada que impossibilitam a existência de gelo na superfície terrestre (sim, a existência de gelos nos polos indica que estamos em meio a uma das eras glaciais que, nesse caso, teria começado a cerca de 2 milhões de anos).

Note, portanto, que as mudanças climáticas podem ocorrer independentemente da existência de vida humana no planeta. Todavia, nos últimos séculos e, em especial, nas últimas décadas, tem-se destacado o papel do homem nas mudanças climáticas em razão de aspectos como o modo de produção poluente e a supressão de ecossistemas naturais.

A definição de **mudanças climáticas** adotada pelo **Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas** (em inglês, *Intergovernmental Panel on Climate Change - IPCC*)³ é:

"Mudanças no estado do clima que pode ser identificada (ex.: por meio de testes estatísticos) por mudanças na média e/ou na variabilidade de suas propriedades e que persiste por um período extenso, tipicamente por décadas ou mais. As mudanças climáticas podem ser devidas a processos naturais internos ou

² Imagem sem direitos autorais retirada da internet, adaptada. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Ozone_2001sept17_lrg.jpg

³ IPCC. **Glossário de termos** (Anexo II). In: *Managing the risks of extreme events and disasters to advance climate change adaptation*. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

forças (forçamentos) externas, ou ainda a mudança antrópica na composição da atmosfera e no uso da terra."
(Tradução nossa).

Observação: quando a definição menciona o termo "forças externas", também chamados "forçamentos externos", refere-se a fatos ocorridos fora da "normalidade" que influenciam o clima, como variações na atividade solar, variação na órbita e no eixo terrestre, erupções vulcânicas e, mais importante para o nosso estudo, **interferências antrópicas**.

Admite-se, portanto, nessa definição, que as mudanças climáticas tenham influência tanto de condições naturais quanto humanas. Contudo, parte da doutrina entende que o conceito esteja relacionado tão somente à influência do ser humano nessas alterações.

Além disso, dentro da Climatologia, a maior corrente científica defende que o planeta está aquecendo sobremaneira em razão das atividades **antrópicas**, preconizando uma imediata redução das emissões de CO₂ e outros gases responsáveis pelo efeito estufa. Por outro lado, há uma parte minoritária de cientistas que defende que o processo de aquecimento atual é **natural** diante dos processos de resfriamento e aquecimento pelos quais a Terra passa ao longo de suas eras geológicas.

Nesse sentido, a grande maioria das bancas organizadoras está mais alinhada ao primeiro grupo, entendendo que as **atividades humanas** têm intensificado os processos de aquecimento do planeta, apregoando a necessidade de redução das emissões atuais provocadas por automóveis, indústrias, desmatamento etc.



POR QUE ALGUNS GASES POSSUEM EFEITO ESTUFA?

No nível molecular, a **radiação infravermelha IV** é capaz de mudar o movimento de vibração ou rotação de uma molécula, submetendo-a a uma alteração líquida em seu momento de dipolo. Moléculas poliatômicas, como os gases de efeito estufa (CO₂, CH₄, N₂O, H₂O) vibram e absorvem a radiação IV, pois suas ligações covalentes sofrem deformação angular, bem como estiramentos e compressões em decorrência dos diferentes pesos dos átomos.

Essas características das moléculas poliatômicas não ocorrem em espécies homonucleares, como o nitrogênio (N₂) e o oxigênio (O₂) atmosféricos, que são moléculas simétricas e, portanto, não sofrem alteração no momento de dipolo.

Isso impede que ocorra uma perda demasiada de calor para o espaço, mantendo o planeta aquecido. Portanto, o **efeito estufa** consiste em um **fenômeno natural** de aquecimento



térmico que possibilita que a temperatura do planeta seja mantida em condições de sobrevivência dos seres vivos aqui presentes.

Sem o efeito estufa, a Terra seria muito fria e não possibilitaria o desenvolvimento de muitas das espécies conhecidas, inclusive a humana. O grande problema relacionado ao efeito estufa é a sua intensificação excessiva, que pode ocasionar um aquecimento demasiado no planeta, inviabilizando diversas relações ecológicas e até mesmo a sobrevivência de certas espécies. É esse superaquecimento que é conhecido como **aquecimento global** e faz parte dos processos de mudanças climáticas.

Segundo alguns autores, os principais gases de efeito estufa (GEE) são o **dióxido de carbono** (CO₂), responsável por 55% a 60% do efeito estufa, seguido pelo **gás metano** (CH₄), com 15% a 20% de contribuição, os **compostos halogenados**, como os clorofluorcarbonos (CFCs), com cerca de 15% e o **óxido nitroso** (N₂O), com cerca de 5% de contribuição.

Observação: essa proporção de contribuição não considera o vapor de água, apenas os gases passíveis de serem controlados por emissões humanas.

Um dos aspectos mais importantes relacionados ao efeito estufa e ao aquecimento global é o aumento de CO₂ na atmosfera pela queima de combustíveis fósseis.

Isso porque os combustíveis fósseis, como o petróleo, são formados pela biomassa orgânica de plantas e animais depositadas ao longo de milhões de anos em camadas sedimentares da litosfera. Logo, os processos de queima desses fósseis representam a liberação na atmosfera de uma grande quantidade de carbono que estava armazenada por muito tempo.

Nesse cenário, é possível entender por que as concentrações de CO₂ na atmosfera passaram de menos de **280** partes por milhão (ppm) antes da Revolução Industrial e hoje em dia atingem quase **420** ppm.

Assim, a preocupação é que haja uma disponibilização de carbono maior do que os organismos produtores conseguem absorver por meio da fotossíntese, aumentando o já explicado efeito estufa. Neste ponto, cabe destacarmos uma questão bastante confundida por muita gente.

Vejamos, agora, alguns apontamentos do IPCC em um relatório especial publicado em 2018:

- estima-se que as atividades humanas tenham causado cerca de **1,0 ± 0,2 °C** de aquecimento global acima dos níveis pré-industriais. É provável que o aquecimento global atinja **1,5°C** entre 2030 e 2052, caso continue a aumentar no ritmo atual;

- o aquecimento causado por emissões antrópicas desde o período pré-industrial até o presente persistirá por séculos e milênios e continuará causando mudanças a longo prazo no sistema climático, como aumento dos níveis dos oceanos, com impactos associados, mas é improvável que apenas essas emissões **isoladamente** causarão um aquecimento global de **1,5°C**;



- riscos associados ao clima para os sistemas natural e humano são maiores para o aquecimento global de 1,5°C que para o atual, mas ainda menores que para 2°C. Esses riscos dependem da magnitude e ritmo do aquecimento, localização geográfica, níveis de desenvolvimento e vulnerabilidade e de escolhas e da implementação de opções de adaptação e mitigação.

Os dois principais efeitos imediatos do aquecimento global são o aumento da temperatura e a subida do nível do mar mas, a partir desses efeitos, é possível verificar uma série de outros impactos possíveis, tais como:

- ⇒ limitação da amplitude geográfica dos sistemas ecológicos e humanos, sobretudo aqueles com alto endemismo ou outras propriedades distintivas. Exemplos: recifes de coral, o Ártico e seu povo indígena, geleiras de montanha e *hotspots* de biodiversidade;
- ⇒ impactos à saúde humana, meios de subsistência, bens e ecossistemas causados por eventos climáticos extremos, tais como ondas de calor, chuvas intensas, secas e incêndios florestais associados e inundações costeiras;
- ⇒ impactos que afetam desproporcionalmente grupos específicos devido à distribuição desigual dos perigos físicos da mudança do clima, exposição ou vulnerabilidade;
- ⇒ danos monetários globais, degradação em escala global e perda de ecossistemas e biodiversidade;
- ⇒ mudanças relativamente grandes, abruptas e por vezes irreversíveis nos sistemas causadas pelo aquecimento global, como a desintegração dos mantos de gelo da Groenlândia e da Antártida;
- ⇒ efeitos deletérios em muitos organismos, inclusive pássaros migratórios, mamíferos (por exemplo, ursos polares) e predadores em posições elevadas da cadeia alimentar;
- ⇒ acidificação dos oceanos e consequente branqueamento de recifes de corais ou até mesmo sua mortalidade generalizada;
- ⇒ mudanças regionais na distribuição e produção de determinadas espécies de peixes, com efeitos adversos para a pesca e a aquicultura;
- ⇒ deslocamentos populacionais nas zonas litorâneas, desaparecimento de ilhas e perda de terras úmidas litorâneas em decorrência do aumento do nível do mar;
- ⇒ extinção de certas espécies de fauna e flora incapazes de se adaptarem às mudanças do clima e favorecimento de surgimento de espécies invasoras exóticas;
- ⇒ redução da disponibilidade de água e do potencial de energia hidrelétrica;
- ⇒ aumento das secas nas latitudes médias e nas latitudes baixas semiáridas;
- ⇒ aumento das pessoas expostas ao risco de escassez de água;



- ⇒ salinização e desertificação das terras agrícolas;
- ⇒ aumento da propagação de certas doenças infecciosas, em especial aquelas de transmissão vetorial (ex.: malária) e as de veiculação hídrica (ex.: diarreia) ou alimentar;
- ⇒ ônus nos serviços de saúde;
- ⇒ aumento de perdas materiais de infraestrutura geral das cidades (alagamentos de ruas e desmoronamentos de casas) e no campo (redução da produtividade na agricultura e na pecuária).

Frise-se que esse é apenas um rol exemplificativo, que não esgota o assunto. De todo modo, resta evidente a importância de reduzir os impactos do aquecimento global. Para tanto, foi negociado, em 1997, o **Protocolo de Quioto**, que previa um calendário no qual os países desenvolvidos teriam o compromisso de reduzir os gases de estufa (GEE) em 5,2% até 2012, voltando aos níveis de poluentes emitidos em 1990.

Os Estados Unidos se recusaram a ratificar tal protocolo em 1999, alegando que a adoção das medidas previstas afetaria negativamente sua economia, mesmo sendo os maiores contribuintes na liberação de gases de estufa.



O **Protocolo de Quioto** é um tratado internacional proposto com o objetivo de fazer os países assumirem o compromisso de reduzir a emissão de gases que agravam o efeito estufa, para diminuir os impactos causados pelo aquecimento global.

Foi formalizado durante a 3ª Conferência das Partes (COP-3) da Convenção das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas, realizada em Quioto, Japão, em 1997.

O documento determina metas específicas de redução de emissões de seis dos principais gases causadores do efeito estufa: **dióxido de carbono** (CO₂), **metano** (CH₄), **óxido nitroso** (N₂O), **hexafluoreto de enxofre** (SF₆), **hidrofluorcarbonos** (HFCs) e **perfluorcarbonos** (PFCs), a serem alcançadas pelos países desenvolvidos que o ratificassem.

A despeito de ser formalizado em 1997, o Protocolo só entrou em vigor internacional em 16 de fevereiro de 2005, sendo nacionalmente promulgado pelo Decreto nº 5.445/05.

Nesse contexto, uma das ferramentas para possibilitar os países a cumprir as metas de redução de emissões é o chamado **Mecanismo de Desenvolvimento Limpo** (MDL), que é um mecanismo do Protocolo de Quioto que admite a participação voluntária de países em desenvolvimento, como o Brasil.



O MDL consiste no desenvolvimento de projetos que reduzam a emissão de gases de efeito estufa. Assim, os projetos no âmbito do MDL são implementados em países menos desenvolvidos e em desenvolvimento, os quais podem vender as reduções de emissão de GEE, denominadas **Reduções Certificadas de Emissão (RCEs)** para os países desenvolvidos, auxiliando-os assim a cumprir as suas metas e compromissos de redução de GEE assumidos junto ao Protocolo de Quioto.

As RCEs são, portanto, certificados emitidos quando ocorre a redução de emissão de gases do efeito estufa (GEE), o que gera o chamado **crédito de carbono**. Por convenção, uma tonelada de dióxido de carbono (CO₂) equivalente corresponde a um crédito de carbono.

Dessa forma, concilia-se a implantação de projetos que contribuem para o desenvolvimento sustentável em países menos desenvolvidos (chamados países **anfitriões**) com a assistência aos países mais desenvolvidos para que cumpram seus compromissos quantificados de limitação e redução de emissões de gases do efeito estufa.

Os créditos de carbono podem ser negociados no **mercado internacional**, atribuindo um valor monetário à poluição. Assim, aqueles países ou indústrias que não conseguem atingir as metas de reduções de emissões, tornam-se **compradores** de créditos de carbono. Além dos países menos desenvolvidos, as indústrias que conseguiram diminuir suas emissões abaixo das cotas determinadas também podem **vender** o excedente de "redução de emissão" ou "permissão de emissão" no mercado nacional ou internacional.

Os principais setores em que projetos MDL podem ser desenvolvidos são os de geração, distribuição e demanda de energia, indústrias de produção, indústrias químicas, construção, transporte, mineração e agricultura.



ACORDO DE PARIS

Na 21ª Conferência das Partes (COP-21) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima (CQNUMC), em Paris, foi adotado um novo acordo com o objetivo central de fortalecer a resposta global à ameaça da mudança do clima e de reforçar a capacidade dos países para lidar com os impactos decorrentes dessas mudanças.

O Acordo de Paris foi aprovado pelos 195 países Parte da CQNUMC para reduzir emissões de gases de efeito estufa (GEE) no contexto do desenvolvimento sustentável. O compromisso ocorre no sentido de manter o aumento da temperatura média global em bem menos de **2°C** acima dos níveis pré-industriais e de envidar esforços para limitar o aumento da temperatura a **1,5°C** acima dos níveis pré-industriais.





DESPENCA NA
PROVA!

(IBRASP/PREFEITURA DE ÁGUA FRIA DE GOIÁS - 2018) Um dos problemas ambientais provocados pelas fontes de poluição atmosférica, especialmente os veículos automotores, é o aumento do efeito estufa.

Sobre o efeito estufa, considere as seguintes afirmativas.

- I. O aumento do efeito é responsável pela destruição da camada de ozônio.
- II. O gás carbônico é o principal gás responsável pelo aumento do efeito estufa.
- III. O efeito estufa não é um fenômeno natural.

Estão incorretas as afirmativas:

- a) I e II, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I, II e III.

Comentários:

O **item I** está **errado**, porque misturou os conceitos. O que provoca a destruição da camada de ozônio são moléculas que contêm cloro e bromo provenientes dos clorofluorcarbonetos (CFCs), não o efeito estufa.

O **item II** está **correto**. Embora o CO₂ não seja o gás com maior poder de absorção da radiação infravermelha, ele é o mais determinante no aumento do efeito estufa em razão das quantidades emitidas.

O **item III** está **errado**, pois o Efeito Estufa é um fenômeno natural de aquecimento térmico primordial para a vida na medida em que possibilita que a temperatura do planeta seja mantida em condições de sobrevivência dos seres vivos aqui presentes.

Desse modo, apenas os itens I e III estão errados, sendo a **alternativa B** o nosso gabarito.

2.2.3 - Resíduos sólidos

Os resíduos sólidos constituem uma problemática ambiental bastante relevante. Ao longo da história brasileira, por exemplo, sempre houve muito descaso com o descarte apropriado do lixo, o que gera problemas sanitários e de saúde pública, inclusive.

Em razão disso, leis e normas formais são editadas para melhorar a questão ambiental dos resíduos sólidos em nosso país, sendo o exemplo mais notório o da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), instituída pela Lei nº 12.305/10.



Essa lei dispõe sobre princípios, objetivos e instrumentos da PNRS, bem como sobre as diretrizes relativas à gestão integrada e ao gerenciamento de resíduos sólidos, incluídos os perigosos, às responsabilidades dos geradores e do poder público e aos instrumentos econômicos aplicáveis.

Trata-se de uma lei considerada moderna e bastante importante na área ambiental do país como um todo, dada a anterior ausência de regulamentação mais detalhada acerca dos resíduos sólidos.

Vale dizer que a PNRS integra a **Política Nacional do Meio Ambiente** (PNMA) e articula-se com a **Política Nacional de Educação Ambiental** (PNEA), instituída pela Lei nº 9.795/99, com a **Política Federal de Saneamento Básico**, regulada pela Lei nº 11.445/07, e com a **Lei dos Consórcios Públicos** (Lei nº 11.107/05), por expressa previsão do art. 5º da Lei nº 12.305/10.

Nesse contexto, é importante conhecermos a definição de “resíduos sólidos” trazida pela Lei nº 12.305/10 (art. 3º, XVI):

resíduos sólidos: material, substância, objeto ou bem descartado resultante de atividades humanas em sociedade, a cuja destinação final se procede, se propõe proceder ou se está obrigado a proceder, nos estados sólido ou semissólido, bem como gases contidos em recipientes e líquidos cujas particularidades tornem inviável o seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos d'água, ou exijam para isso soluções técnica ou economicamente inviáveis em face da melhor tecnologia disponível

Alguns destaques podem ser feitos acerca dessa definição:

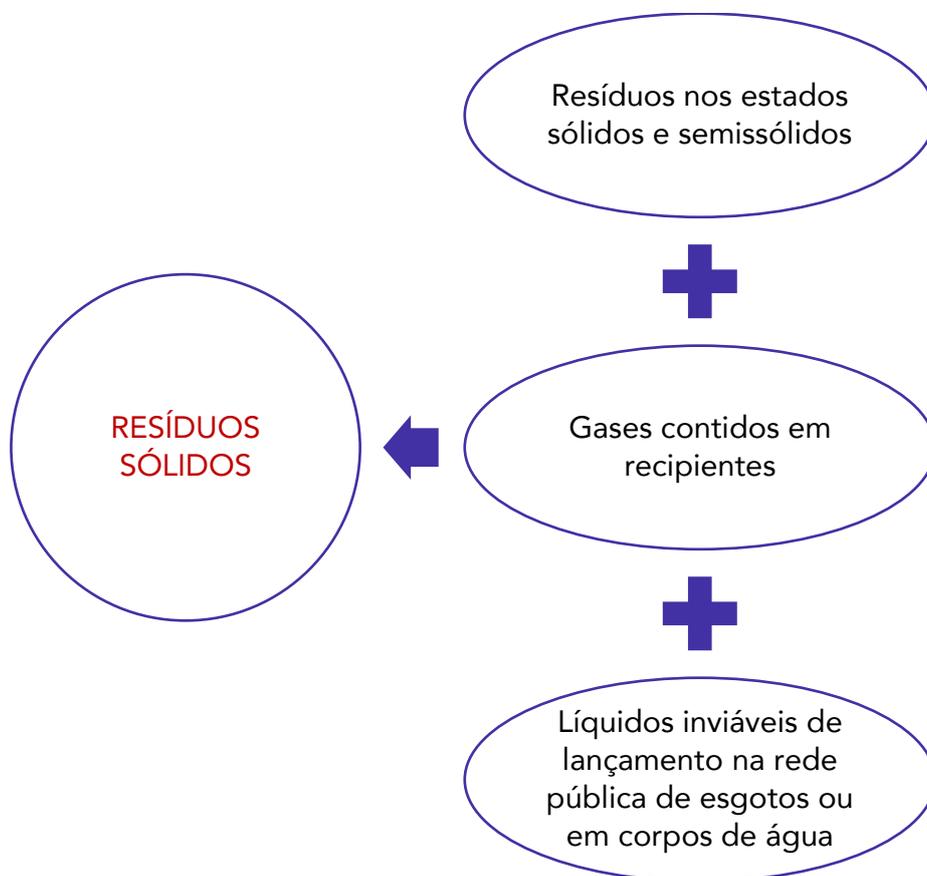
- 1) os resíduos sólidos são resultantes de **atividades humanas** em sociedade;
- 2) os resíduos sólidos normalmente estão nos estados **sólido** ou **semissólido** (os lodos de estações de tratamento de água e esgoto podem ser considerados semissólido, por exemplo). Todavia, os **gases** contidos em recipientes também são considerados resíduos sólidos, como é o caso, por exemplo, dos gases contidos em recipientes aerossóis. Isso foi previsto diante da inviabilidade técnica e operacional de retirada dos gases contidos em recipientes.

Ademais, os **líquidos** também podem assim ser considerados, se obedecerem a uma das seguintes condições:

- a) possuam particularidades que tornem inviável seu lançamento na rede pública de esgotos ou em corpos de água;
- b) exijam soluções técnica ou economicamente inviáveis para serem descartados na rede pública de esgotos ou em corpos de água.

Assim, é possível que líquidos perigosos que não possam ser descartados na rede pública de esgotos ou em corpos de água sejam acondicionados em tambores e dispostos em aterros de resíduos industriais, por exemplo.





Para finalizar, saiba que há três principais possibilidades básicas de descarte do lixo: lixões, aterros controlados e aterros sanitários (SOUTO & POVINELLI, 2013)⁴.

Os **lixões**, também chamados **vazadouros**, são locais onde o lixo é depositado a **céu aberto** sem qualquer proteção ao ambiente, à saúde pública, ou qualquer controle sobre o tipo de resíduo descartado nessas áreas. Inclusive, em muitos lixões ocorre a queima do lixo, sem qualquer controle atmosférico.

⁴ SOUTO, Gabriel D'arrigo de Brito; POVINELLI, Jurandy. Resíduos sólidos. In.: **Engenharia Ambiental**: conceitos, tecnologia e gestão. Maria do Carmo Calijuri e Davi Gasparini Fernandes Cunha (orgs.). Elsevier: Rio de Janeiro, 2013.



Desse modo, configuram locais propícios à poluição, à contaminação de rios e outros reservatórios de água destinada ao consumo humano, à proliferação de doenças veiculadas por vetores, entre outros problemas.

Devido a esses problemas, a **Política Nacional de Resíduos Sólidos**, instituída pela Lei nº 12.305/10, estabeleceu metas para o **fim dos lixões**, de modo que os rejeitos gerados no país tenham necessariamente uma disposição final ambientalmente adequada em aterros. Contudo, ainda é possível constatar muitos locais que funcionam como lixões em nosso país.

Dentre os vários vetores que utilizam os lixões, destacam-se a mosca doméstica, mosquitos, baratas e roedores. Geralmente, eles servem de hospedeiros para os agentes transmissores de doenças, tais como poliomielite, amebíase, giardíase, filariose, febre amarela, dengue, leishmaniose, leptospirose, salmonelose, entre outras.

Diferentemente dos lixões, os **aterros controlados** são locais onde o lixo é confinado de modo mais restrito, normalmente sendo **recoberto diariamente** com uma camada de solo para proteção e isolado para reduzir a contaminação ambiental. No entanto, as normas ambientais ainda não são seguidas por completo, geralmente não havendo **impermeabilização** de fundo, sistema de **coleta** dos líquidos lixiviados (chorume) ou dos gases gerados.

Finalmente, os **aterros sanitários**, são os locais mais adequados para destinação final do lixo (preferencialmente sem possibilidade de reuso ou reciclagem), fruto de um projeto de **engenharia geotécnica** que considera aspectos para impermeabilização, cobertura dos resíduos, execução de drenos, o tratamento do chorume e do gás gerado, monitoramento de águas subterrâneas, entre outros.



LIXÃO OU VAZADOURO

- Não segue qualquer norma de proteção ambiental

ATERRO CONTROLADO

- Há uma gestão ambiental mínima, ainda deficitária

ATERRO SANITÁRIO

- Segue as normas ambientais e de saúde pública para melhor disposição dos resíduos



2.2.4 - Perda de biodiversidade

Atualmente, a perda de biodiversidade e habitats é um dos principais problemas ambientais. Um importante artigo publicado na revista Nature⁵ indica que essa perda nunca foi tão grande e constitui a maior ameaça ecológica atual.

Essa degradação da biodiversidade pode ser derivada de diversas causas, como o desmatamento para agropecuária, a caça/pesca predatória, a introdução de espécies exóticas que não encontram predadores naturais e acabam tomando o espaço de espécies nativas, a fragmentação da paisagem para construção de empreendimentos (ex.: estradas, indústrias, cidades etc.), entre outras muitas possibilidades.

Diante da importância da biodiversidade, foi aberta, em 1992, por ocasião da Eco-92, a **Convenção sobre Diversidade Biológica** (CDB), também conhecida como Convenção da Biodiversidade. Trata-se de um acordo internacional estruturado sobre três pilares principais: a conservação da diversidade biológica, o uso sustentável da biodiversidade e a repartição justa e equitativa dos benefícios provenientes da utilização dos recursos genéticos.

Nacionalmente, a CDB foi ratificada pelo Decreto nº 2.519/98 e representa mais um exemplo de fonte formal derivada de uma fonte material do Direito Ambiental.

2.2.5 - Escassez de água

Outro exemplo recorrentemente apontado como fonte material do Direito Ambiental é a escassez de água com qualidade. É importante destacar que a água em si não está acabando, pois ela não escapa do planeta. O grande problema é a poluição das águas e a consequente diminuição de sua qualidade, o que inviabiliza a utilização ou demanda um grande esforço e custo para tratamento.

Diante dessa importância, há uma série de diplomas legais e normativos formais que regulam o uso da água. Nacionalmente, por exemplo, há uma série de Resoluções Conama que trazem padrões de qualidade e lançamento de efluentes nos corpos hídricos superficiais e subterrâneos, portarias de qualidade e potabilidade de água etc.

Não obstante, certamente a norma mais importante nesse contexto é a **Lei nº 9.433/97**, conhecida como Lei das Águas, que institui a **Política Nacional de Recursos Hídricos** (PNRH). Para garantir o acesso da população à água de qualidade, a PNRH traz uma série de disposições, tais como a consideração da água um recurso natural limitado, dotado de valor econômico (art. 1º, II) e os objetivos de assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água (art. 2º, I) e de utilização racional e integrada dos recursos hídricos (art. 2º, II).

⁵ Rockström, J., Steffen, W., Noone, K. et al. A safe operating space for humanity. **Nature**, 461, 472–475 (2009). Disponível em: <https://www.nature.com/articles/461472a>.





(IDECAN/CÂMARA DE SOOTERAMA-ES – 2014) Segundo um artigo publicado na revista norte-americana Science, em maio deste ano, o homem extingue espécies inteiras numa velocidade mil vezes maior que a dos processos naturais não cataclísmicos. Sobre a degradação e preservação da biodiversidade, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

() A degradação da biodiversidade vem de diferentes frentes, como caça e pesca predatórias, que não dão às populações de animais tempo para se repor.

() A introdução de espécies exóticas ajuda a preservar a biodiversidade.

() A construção de estradas e de reservatórios de hidrelétricas fragmenta habitats, dividindo e isolando populações de plantas e animais, o que leva à queda da biodiversidade.

A sequência está correta em

a) F, F, V.

b) F, V, V.

c) V, F, V.

d) V, V, V.

Comentários:

A perda de biodiversidade é um dos problemas ambientais mais relevantes, servindo, inclusive, como fonte material do Direito Ambiental.

Nesse contexto, tem-se que:

A primeira assertiva está correta, pois tais atividades de fato contribuem para a célere perda da biodiversidade.

A segunda assertiva está errada, pois as espécies exóticas tendem a diminuir a biodiversidade ao não encontrar resistência natural no ambiente.

A terceira assertiva está correta, pois a fragmentação da paisagem e a perda de habitats devido a processos como o desmatamento e a construção de empreendimentos (ex.: estradas, reservatórios etc.) também contribui para a queda da biodiversidade.

Então, a sequência correta é V, F, V, sendo a **alternativa C** o nosso gabarito.

2.2.6 - Desastres ambientais

Os desastres ambientais também podem constituir fontes materiais do Direito Ambiental, na medida em que representam exemplos de condições a não serem seguidas ou necessidades de mudanças em relação a determinada norma.



Um exemplo relativamente recente brasileiro é a promulgação da **Lei nº 14.066/2020**, derivada de certas lacunas observadas na legislação pátria após os acidentes de rompimento de barragens de Mariana e Brumadinho. Essa lei, entre outros aspectos, alterou a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), o Código de Mineração e a Política Nacional de Recursos Hídricos (PNRH).

Outros exemplos de pressão gerada por acidentes ambientais podem ser encontrados amplamente ao redor do mundo, como os desastres de Minamata, no Japão, e de Seveso, na Itália.

2.3 - Movimentos populares

Os movimentos populares e ambientalistas também podem ser considerados **fontes materiais** do Direito Ambiental.

Um dos exemplos nacionais é o movimento dos **seringueiros**, que, nas décadas de 1970 e 1980, que impediam a derrubada de florestas visando a assegurar a preservação dos seringueiros e, conseqüentemente, de seu modo tradicional de produção e vida.

Essa prática adotada pelos seringueiros deu margem ao nascimento de um modelo específico de unidade de conservação pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação (instituído pela Lei nº 9.985/00): as **reservas extrativistas**.



(UERR/CÂMARA DE BOA VISTA-RR – 2016, adaptada) Acerca do histórico, conceito e do Direito Ambiental, analise a assertiva.

O esgarçamento da camada de ozônio, o aquecimento global e mudanças climáticas, a escassez de água no planeta e tragédias ambientais como a de Tchernobyl e Exxon Valdez, contribuíram para o surgimento da consciência ambiental e, portanto, sendo acontecimentos considerados fontes materiais do Direito Ambiental.

Comentários:

De fato, as questões ambientais contemporâneas são importantes fontes materiais do Direito Ambiental. Exemplos são os movimentos populares, as descobertas científicas e os desastres/problemas ambientais, como o aquecimento global, as mudanças climáticas, a escassez de água, Tchernobyl e Exxon Valdez.

Questão **correta**.

3 - Fontes formais

A principal fonte formal do Direito Ambiental brasileiro é a **Constituição Federal de 1988**, a qual foi promulgada em um contexto de mudança do paradigma mundial a respeito do meio ambiente, procurando acompanhar essa tendência de incorporação do pensamento ambiental no arcabouço jurídico do país.

Nesse sentido, a CFRB/88 foi a primeira Constituição brasileira a dedicar um **capítulo exclusivo** para tratar do meio ambiente. Trata-se do Capítulo VI do Título VIII (Da Ordem Social), representado pelo **artigo 225**.

Além da Constituição Federal, as **constituições estaduais** também devem ser obedecidas e seguidas em seus âmbitos específicos de competência. Tais Constituições, evidentemente, devem se adequar ao modelo definido pela CF, sob pena de inconstitucionalidade.

Na sequência, as **leis** brasileiras sobre proteção ambiental podem ser **federais, estaduais** ou **municipais**, cada uma dentro de uma determinada esfera de atribuição e competência. A CFRB/88 define um modelo para que cada lei de um ente federativo seja válida em determinada esfera.

No contexto do Direito Ambiental brasileiro, as **normas administrativas** também são muito importantes diante da dificuldade encontrada pelo Congresso Nacional em legislar com a celeridade necessária para acompanhar determinadas áreas científicas.

Entretanto, deve-se ter cautela na condução de tais normas, para que observem os parâmetros legais, isto é, não se pode afastar a incidência do princípio da legalidade estabelecido na CFRB/88, segundo o qual as normas administrativas não podem ultrapassar os limites fixados pela lei.

Por fim, há que ressaltar a importância da **jurisprudência** como **fonte formal** do Direito Ambiental, haja vista que muitos dos contornos básicos do Direito Ambiental foram inicialmente construídos em litígios judiciais e, posteriormente, transportados (ou não) para o ambiente legislativo.

3.1 - Fontes formais internacionais

Os tratados e convenções internacionais do Direito Ambiental constituem importantes fontes formais do Direito Ambiental Internacional, inclusive para fins de prova. Por esse motivo, merecem uma seção à parte.

Lembrem-se que § 3º do art. 5º da CFRB/88 prevê que os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados pelo Congresso Nacional são equivalentes às emendas constitucionais.

Nesse contexto, muitos doutrinadores afirmam que os Tratados de Direito Ambiental possuem natureza de **Direitos Humanos**. Não obstante, mesmo que determinado tratado não seja considerado sobre direitos humanos, se aprovado pelo Congresso Nacional, será incorporado ao ordenamento com status de lei ordinária.



Além de outros acordos já estudados, como o Protocolo de Quioto e o Acordo de Paris, vejamos, agora, os principais marcos do Direito Ambiental Internacional para a sua prova.

3.1.1 - Conferência de Estocolmo

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (Conferência de Estocolmo), realizada na cidade de Estocolmo, Suécia, em 1972, foi a primeira grande reunião de chefes de estado organizada pela ONU para tratar de questões ambientais.

Nesse encontro, os países desenvolvidos e em desenvolvimento se comprometeram a melhorar e preservar o meio ambiente e foi criado o **Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente** (PNUMA). Além disso, foi adotada a "**Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano**", que apresenta **26 princípios** referentes à proteção do meio ambiente e constitui-se o primeiro documento do direito internacional a reconhecer o direito humano a um meio ambiente de qualidade.

Ainda cabe destacar que essa reunião representa um importante marco para a articulação das entidades ambientalistas e os governos e é nela que se considera a adoção do termo ecodesenvolvimento, isto é, de relação entre desenvolvimento econômico e meio ambiente. Essa ideia posteriormente evoluiu para o que ficou conhecido como desenvolvimento sustentável, termo notabilizado pelo **Relatório Brundtland**, em 1987.

Apesar desses avanços, a Conferência de Estocolmo também ficou marcada pela **divergência** entre os países do hemisfério Sul, **menos desenvolvidos**, e os países do hemisfério Norte, **mais desenvolvidos**. Isso porque os países mais industrializados se posicionaram de maneira mais preservacionista, enquanto os países menos desenvolvidos se posicionaram de modo mais desenvolvimentista.

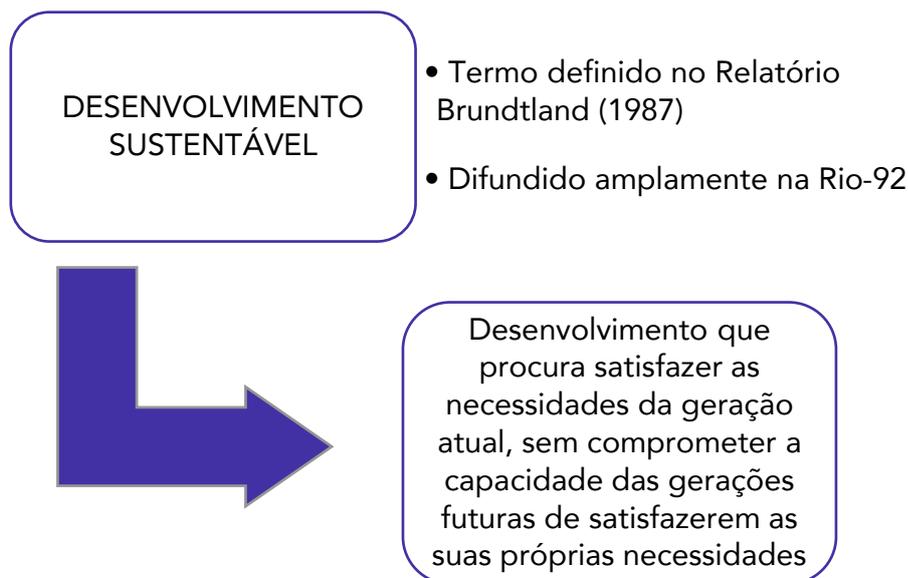
3.1.2 - Relatório Brundtland

A ideia de **desenvolvimento sustentável** já trazida de forma genérica na **Conferência de Estocolmo de 1972** (com o termo Ecodesenvolvimento) evoluiu para o termo atual no **Relatório Brundtland**, publicado em 1987 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Nesse documento, também conhecido por "**Nosso Futuro Comum**", o desenvolvimento sustentável é definido como o desenvolvimento que procura satisfazer as necessidades da **geração atual**, sem comprometer a capacidade das **gerações futuras** de satisfazerem as suas próprias necessidades.

O nome Brundtland deriva do fato de que, na década de 1980, a primeira-ministra da Noruega, Gro Harlem Brundtland, chefiou a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, da Organização das Nações Unidas (ONU).

No início da década seguinte, em 1992, o conceito de desenvolvimento sustentável foi difundido ainda mais com a **Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento** (CNUMAD), também conhecida por Eco-92 ou **Rio 92**.





Para atingir esse desenvolvimento sustentável, há que equilibrar o que se conhece **por tripé da sustentabilidade**, que preconiza que o desenvolvimento deve ser **ecologicamente equilibrado**, **socialmente justo** (equidade social) e **economicamente viável**. Destaque-se que esses três pilares foram oficialmente reconhecidos pela ONU durante a **Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável realizada em Joanesburgo, África do Sul, em 2002**.



3.1.3 - Eco-92

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, também conhecida como Eco-92, Rio-92, Cúpula da Terra ou Cimeira do Verão, foi uma conferência de chefes de estado organizada ocorrida em 1992 na cidade do Rio de Janeiro com o objetivo de debater os problemas ambientais mundiais..

Os principais resultados e documentos gerados no encontro foram:

- a **Carta da Terra**, declaração de princípios éticos fundamentais para a construção de uma sociedade global justa, sustentável e pacífica.
- a **Convenção sobre Diversidade Biológica**, que trata da proteção da biodiversidade.
- a **Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação**, que trata da importância de redução da desertificação, particularmente na África.
- a **Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima**, que trata das mudanças climáticas globais;
- a **Declaração de Princípios sobre Florestas**, que traz recomendações para a conservação e o desenvolvimento sustentável florestal;
- a **Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento** (Declaração do Rio), que ratificou os princípios estabelecidos na Conferência de Estocolmo e formulou 27 princípios para o desenvolvimento sustentável, a dignidade humana, o meio ambiente e as obrigações dos Estados em matéria de direitos ambientais dos seres humanos; e
- a **Agenda 21**, talvez o documento mais emblemático do encontro e merece algumas considerações a mais.

Trata-se de um documento de planejamento participativo visando ao desenvolvimento sustentável. A ideia é que cada país desenvolva a sua Agenda 21, estabelecendo a importância de se comprometer a refletir, global e localmente, sobre a forma pela qual cada setor da sociedade pode cooperar no estudo de soluções para os problemas socioambientais.

As ações prioritárias da Agenda 21 brasileira são o planejamento de sistemas de produção e consumo sustentáveis contra a cultura do desperdício, os programas de inclusão social, a sustentabilidade urbana e rural, a preservação dos recursos naturais e minerais e a ética política para o planejamento rumo ao desenvolvimento sustentável.



(UERR/CÂMARA DE BOA VISTA-RR – 2016, adaptada) Acerca do histórico, conceito e do Direito Ambiental, analise a assertiva.

A Conferência de Estocolmo de 1972 e o Protocolo de Kyoto de 1997, são algumas das principais fontes formais internacionais do Direito Ambiental.



Comentários

Questão **correta**. Lembre-se que os tratados internacionais são importantes fontes formais do Direito Ambiental.

3.1.4 - Joanesburgo 2002

Após 10 anos da Eco-92, foi realizada a Convenção de Joanesburgo, África do Sul, em 2002, também conhecida como Rio+10, com a intenção de discutir o que havia sido realizado até o momento e renovar os compromissos firmados entre os países, gerando um documento conhecido como Declaração de Joanesburgo e um Plano de Implementação.

Lembre-se que os **três pilares da sustentabilidade** foram oficialmente reconhecidos pela ONU durante esse encontro.

3.1.5 - Rio+20

Após 20 anos da Eco-92, foi realizada a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável – Rio+20, encontro de grandes proporções que contou com a participação de chefes de Estado e de Governo de 188 nações, que reiteraram seus compromissos com o desenvolvimento sustentável.

O tom do encontro pautou-se muito pela ideia de promoção da participação social na construção e na implementação dos compromissos pela sustentabilidade, mas essa participação foi questionada por diversos grupos sociais.

Da reunião resultou um documento final denominado “**O Futuro que Queremos**”, com propostas para integrar aspectos econômicos, sociais e ambientais ao desenvolvimento sustentável, proteger os recursos naturais, mudar os modos de consumo, promover o crescimento econômico sustentável, entre outros aspectos.



(FCC/TJ-MS – 2010) Os tratados internacionais sobre matéria ambiental

- a) são fontes de direito ambiental interno e, se aprovados pelo Congresso Nacional, sobrepõem-se às leis.
- b) são fontes de direito ambiental interno, desde que aprovados pelo Congresso Nacional em dois turnos, por 3/5 dos membros de cada uma de suas casas.
- c) desde o momento em que assinados, são fontes de direito ambiental interno e internacional.
- d) apenas serão fonte de direito internacional ambiental se aprovados e ratificados por todos os Estados que os assinaram.



e) são fontes escritas de direito internacional ambiental, ao lado de outras normas oriundas de organizações internacionais.

Comentários:

Lembrem-se que § 3º do art. 5º da CF/88 prevê que os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados pelo Congresso Nacional são equivalentes às emendas constitucionais.

Nesse contexto, muitos doutrinadores afirmam que os Tratados de Direito Ambiental possuem natureza de Direitos Humanos. Não obstante, mesmo que determinado tratado não seja considerado sobre direitos humanos, se aprovado pelo Congresso Nacional, será incorporado ao ordenamento com status de lei ordinária.

Desse modo, tem-se que:

A **alternativa A** está errada, pois os tratados são fontes do Direito Ambiental Internacional.

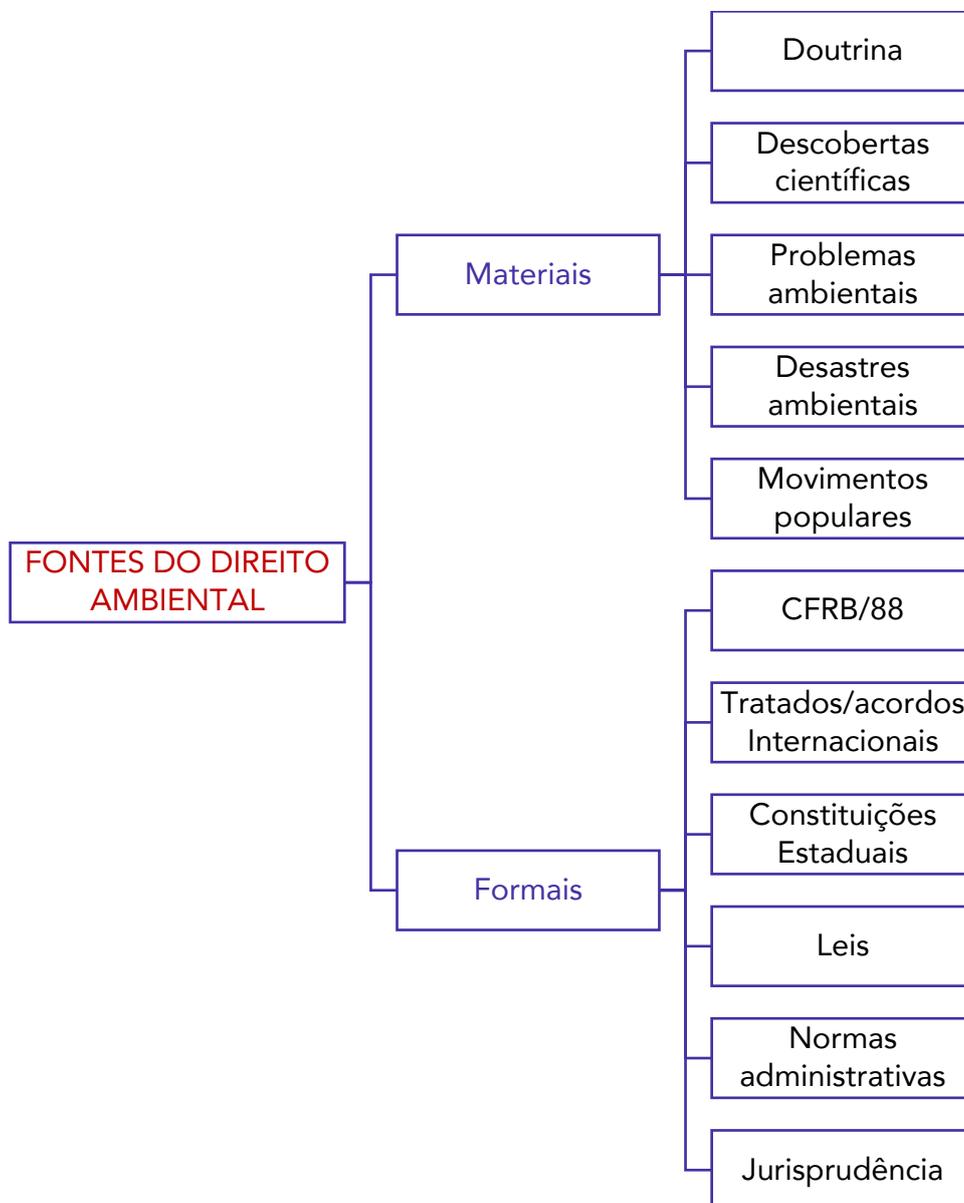
A **alternativa B** está errada, pois os tratados são fontes do Direito Ambiental Internacional.

A **alternativa C** está errada, porque precisam de aprovação do Congresso Nacional.

A **alternativa D** está errada, uma vez que os tratados não precisam de aprovação e ratificação de todos os Estados para serem consideradas fontes do Direito Ambiental.

A **alternativa E** está correta. Bons exemplos de fontes escritas derivam dos tratados internacionais em matéria ambiental, como a Declaração da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (elaborada na Conferência de Estocolmo), a Agenda 21 (elaborada na Eco-92) e o relatório "O Futuro que Queremos", elaborado na Rio+20.





CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pessoal, com isso terminamos a parte teórica da aula.

A seguir, deixo uma lista de questões comentadas para que você possa fixar melhor os conteúdos estudados nesta aula.

Caso tenha qualquer dúvida sobre os assuntos, não hesite em me contatar. Ficarei feliz em poder ajudar se assim for possível.

Um abraço e até a próxima!

Prof. André Rocha



Instagram: @profandrerocha



E-mail: andrerochaprof@gmail.com



Telegram: t.me/meioambienteparaconcursos



Canal do Youtube: Eu Aprovado



QUESTÕES COMENTADAS



Conceito de meio ambiente

1. (CEBRASPE/TJ-BA – 2019) De acordo com a jurisprudência do STF, o conceito de meio ambiente inclui as noções de meio ambiente
 - a) artificial, histórico, natural e do trabalho.
 - b) cultural, artificial, natural e do trabalho.
 - c) natural, histórico e biológico.
 - d) natural, histórico, artificial e do trabalho.
 - e) cultural, natural e biológico.

Comentários

A **alternativa A** está errada, pois não há que falar em meio ambiente histórico, mas sim cultural.

A **alternativa B** está correta e é o nosso gabarito. A maior parte da doutrina destaca quatro acepções de meio ambiente: artificial, cultural, laboral e natural. Inclusive, o STF também já reconheceu essas classificações.

A **alternativa C** está errada, pois não há que falar em meio ambiente histórico e biológico.

A **alternativa D** está errada, pois não há que falar em meio ambiente histórico, mas sim cultural.

A **alternativa E** está errada, pois não há que falar em meio ambiente biológico.

2. (CEBRASPE/PREFEITURA DE FORTALEZA-CE – 2017) De acordo com os princípios do direito ambiental, julgue o item que se segue.

O conceito de meio ambiente que vem embutido na norma jurídica não abrange o conjunto de leis que rege a vida em todas as suas formas.

Comentários

De acordo com o art. 3º, I, da Lei 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente), o meio ambiente compreende “o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica,



que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas". Esse é o principal conceito legal de meio ambiente!

Então, a questão está **errada**, porque o conceito abrange sim o conjunto de leis que rege a vida em todas as suas formas.

3. (CEBRASPE/MPOG – 2012) Julgue o próximo item, relativo a meio ambiente.

De acordo com a doutrina majoritária, o conceito de meio ambiente tende a ser globalizante, abrangendo não apenas o meio ambiente natural, mas também o cultural, o artificial e o meio ambiente do trabalho.

Comentários

A maior parte da doutrina destaca quatro acepções de meio ambiente: artificial, cultural, laboral (do trabalho) e natural. Inclusive, o STF também já reconheceu essas classificações.

Logo, a questão está **correta**.

4. (CEBRASPE/HEMOBRÁS – 2008) Julgue o item a seguir relativo ao meio ambiente.

A CF define meio ambiente como o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica que permitem, abrigam e regem a vida em todas as suas formas.

Comentários

Cuidado! Essa definição de meio ambiente é trazida pela Lei nº 6.938/81, que institui a Política Nacional de Meio Ambiente, não pela Constituição Federal. Por isso, questão **errada**!

5. (CEBRASPE/MPE-RR – 2008) Quanto ao conceito de direito ambiental, julgue os seguintes itens.

Até o advento da lei que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente, não existia uma definição legal e(ou) regular de meio ambiente. A partir de então, conceituou-se meio ambiente como o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.

Comentários

A definição de meio ambiente trazida pela Lei nº 6.938/81, que institui a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), em seu art. 3º, I é:

"I - meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas;"

Esse é o principal conceito legal de meio ambiente! Inclusive, até o advento da Lei nº 6.938/81, não havia definição legal para meio ambiente.

Portanto, a questão está **correta**.



6. (NUCEPE/PREFEITURA DE TERESINA-PI – 2019) Acerca da classificação do Meio Ambiente, marque a alternativa CORRETA.

- a) Integra o Meio Ambiente Artificial o patrimônio artístico, paisagístico, arqueológico, histórico e científico.
- b) O Meio Ambiente Cultural é constituído pelo ambiente, local, no qual as pessoas desenvolvem as suas atividades laborais, remuneradas ou não remuneradas.
- c) O Meio Ambiente Artificial compreende o espaço urbano construído, consistente no conjunto de edificações, e espaços urbanos abertos.
- d) O Meio Ambiente do Trabalho é composto pela atmosfera, águas, solo e subsolo, fauna e flora e o patrimônio genético.
- e) O Meio Ambiente do Trabalho envolve tudo o que integra o Meio Ambiente Artificial e Meio Ambiente Cultural.

Comentários

A **alternativa A** está errada, porque o patrimônio artístico, paisagístico, arqueológico, histórico e científico fazem parte do patrimônio cultural brasileiro e, portanto, do meio ambiente cultural.

A **alternativa B** está errada, pois trouxe a ideia de meio ambiente laboral, não cultural.

A **alternativa C** está correta e é o nosso gabarito. O meio ambiente artificial é o ambiente urbano, resultado das ações antrópicas, como os espaços urbanos abertos (praças, parques, ruas) e fechados (escolas, teatros) construídos pelo homem. O Estatuto da Cidade, instituído pela Lei nº 12.187/01, é um dos diplomas mais importantes de ordenamento do meio ambiente artificial no Brasil.

A **alternativa D** está errada, visto que trouxe uma ideia correspondente ao meio ambiente natural. O meio ambiente laboral (do trabalho) é o ambiente em que o humano trabalha, seja no meio urbano ou no meio rural, como as empresas e as lavouras

A **alternativa E** está errada, considerando que as classificações de meio ambiente são definidas separadamente, isto é, o meio ambiente laboral não envolve tudo o que integra o meio ambiente artificial e meio ambiente cultural.

7. (IBEG/PREFEITURA DE TEIXEIRA DE FREITAS-BA – 2016, adaptada) Analise a assertiva a seguir:

O conceito normativo de meio ambiente abrange o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas suas formas, não incluindo o patrimônio edificado.

Comentários

A definição de meio ambiente trazida pela Lei nº 6.938/81, que institui a Política Nacional de Meio Ambiente (PNMA), em seu art. 3º, I é:



"I - meio ambiente, o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas;"

Esse é o principal conceito legal de meio ambiente!

Portanto, a questão está correta.

8. (IBEG/PREFEITURA DE MENDES-RJ – 2016, adaptada) Analise a assertiva a seguir:

De acordo com a doutrina majoritária, o conceito de meio ambiente tende a ser globalizante, abrangendo não apenas o meio ambiente natural, mas também o cultural, o artificial e o meio ambiente do trabalho.

Comentários

A maior parte da doutrina destaca quatro acepções de meio ambiente: artificial, cultural, laboral e natural. Inclusive, o STF também já reconheceu essas classificações!

Desse modo, a questão está correta.

9. (SHDIAS/CEASA-CAMPINAS – 2014) A atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, são classificados como:

- a) Recursos ambientais.
- b) Meio ambiente.
- c) Recursos inesgotáveis.
- d) Fauna.

Comentários

Cuidado para não confundir o conceito de meio ambiente trazido pela Lei nº 6.938/81 com o conceito de "recursos ambientais", trazido pelo artigo 3º, inciso V:

Art 3º - Para os fins previstos nesta Lei, entende-se por:

V - recursos ambientais: a atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, a fauna e a flora.

Então, a **alternativa A** está correta e é o nosso gabarito.

Fontes do Direito Ambiental

10. (CPCON UEPB - CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA-PB – 2020) O aquecimento global é um fenômeno cada vez mais estudado por cientistas e causa preocupação para a sociedade planetária. Analise as proposições a seguir e responda o que se pede.



I- A principal causa do aquecimento global que afeta todo o planeta é a intensificação do efeito estufa, fenômeno natural responsável pela manutenção do calor na Terra.

II- O desmatamento das áreas naturais contribui para o aquecimento global no sentido de promover um desequilíbrio climático decorrente da remoção da vegetação, que tem como função o controle das temperaturas e dos regimes de chuva.

III- Algumas das consequências do aquecimento global são o derretimento das calotas polares, o aumento do nível dos oceanos, a diminuição dos recursos hídricos.

É VERDADEIRO o que se afirma em:

- a) III apenas.
- b) II apenas.
- c) I, II e III.
- d) I apenas.
- e) II e III apenas.

Comentários

O **item I** está correto. O grande problema relacionado ao efeito estufa é a sua intensificação excessiva, que pode ocasionar um aquecimento demasiado no planeta, inviabilizando diversas relações ecológicas e até mesmo a sobrevivência de certas espécies. É esse superaquecimento que é conhecido como aquecimento global e faz parte dos processos de mudanças climáticas.

O **item II** está correto. As árvores proveem diversos serviços ecossistêmicos, entre os quais a amenização da temperatura e o favorecimento da regularização dos regimes de cheias e precipitações. Em verdade, elas atuam para o aumento da umidade decorrente dos processos de evapotranspiração.

O **item III** está correto, pois trouxe três consequências relacionadas ao aquecimento global e às mudanças climáticas como um todo.

Desse modo, os itens I, II e III estão corretos, sendo a **alternativa C** o nosso gabarito.

11. (VUNESP/TJ-RJ – 2019) No âmbito do Direito Internacional do Meio Ambiente, a preocupação universal sobre o uso saudável e sustentável do planeta e de seus recursos motivou a ONU a convocar, em 1972, a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano.

A respeito da referida Conferência, assinale a alternativa correta.

- a) Adotou a "Agenda 21", um diagrama para a proteção do nosso planeta e seu desenvolvimento sustentável.
- b) Adotou a "Declaração das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente", que apresenta 26 princípios referentes à proteção do meio ambiente.
- c) Adotou os Objetivos para Desenvolvimento do Milênio (ODM).



d) Gerou a Convenção da ONU sobre a Diversidade Biológica.

e) Gerou o relatório "Nosso Futuro Comum", que traz o conceito de desenvolvimento sustentável para o discurso público.

Comentários

A Conferência de Estocolmo de 1972 representou a primeira grande reunião de chefes de estado organizada pela ONU e adotou a "Declaração das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente", que apresenta 26 princípios referentes à proteção do meio ambiente.

Desse modo, a **alternativa B** está correta e é o nosso gabarito.

Lembrando que:

A Conferência que adotou a Agenda 21 foi a Eco 92; a que adotou os Objetivos para Desenvolvimento do Milênio foi a Cúpula do Milênio das Nações Unidas, em 2000; a que gerou a Convenção da ONU sobre a Diversidade Biológica também foi a Rio-92; e o relatório "Nosso Futuro Comum" (Relatório Brundtland) foi produzido após diversas reuniões da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Comissão Brundtland).

12. (VUNESP/PREFEITURA DE ITAPEVI-SP – 2019) O Acordo de Paris é um tratado no âmbito da Convenção- Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima que, a partir de 2020, rege medidas de redução de emissão de

- a) gás metano.
- b) óxidos de nitrogênio.
- c) dióxido de carbono.
- d) clorofluorcarbono.
- e) hidrofluorcarbonos.

Comentários

A questão foi mal formulada, pois o Acordo de Paris visa a diminuir reduzir as emissões de gases de efeito estufa (GEEs) como um todo, não só de dióxido de carbono, considerado o gabarito.

É certo que a unidade utilizada para emissões é a de gás carbônico equivalente ($\text{CO}_{2\text{eq}}$), mas qualquer GEE pode ser representado por essa unidade. O metano (CH_4), por exemplo, representa um poder de efeito estufa aproximadamente 20 vezes maior que o CO_2 . Então, uma tonelada emitida de CH_4 equivale a 20 toneladas emitidas de CO_2 para fins de medição do efeito estufa.

Conforme mencionado, a banca considerou a **alternativa C** o gabarito.

13. (VUNESP/TJ-RJ – 2016) Na evolução da normativa do Direito Ambiental Internacional, pode-se identificar documentos elaborados por Comissões, como ocorreu com a Comissão da ONU sobre



Meio Ambiente e Desenvolvimento. Esses documentos são posteriormente discutidos para, eventualmente, serem incorporados em Declarações de Princípios das Conferências sobre Meio Ambiente. Esse processo pode ser identificado, quando da consagração do princípio do desenvolvimento sustentável, respectivamente, pelo

- a) Programa da Agenda 21 e Declaração do Rio/92.
- b) Plano de vigia Earthwatch e Cúpula de Johannesburgo.
- c) Relatório Brundtland e Declaração do Rio/92.
- d) Relatório Brundtland e Declaração de Estocolmo.
- e) Plano de vigia Earthwatch e Declaração de Estocolmo.

Comentários

A ideia de desenvolvimento sustentável já fora trazida de forma genérica na Conferência de Estocolmo de 1972, mas o termo foi definido de modo mais específico no Relatório Brundtland, publicado em 1987 pela Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.

No início da década seguinte, em 1992, o conceito de desenvolvimento sustentável foi difundido ainda mais com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (CNUMAD), também conhecida por Eco-92 ou Rio 92.

Assim, a **alternativa C** está correta e é o nosso gabarito.

14. (FCC/SEMAR-PI – 2018) O Protocolo de Quioto considera como Gases de Efeito Estufa:

- a) Metano (CH_4), Perfluorcarbonos (PFCs), Gás Cloro (Cl_2) e Óxido nitroso (N_2O).
- b) Óxido nitroso (N_2O), Hidrofluorcarbonos (HFCs), Perfluorcarbonos (PFCs) e Sulfeto de hidrogênio (H_2S).
- c) Hexafluoreto de enxofre (SF_6), Sulfeto de hidrogênio (H_2S), Metano (CH_4) e Ozônio (O_3).
- d) Gás Cloro (Cl_2), Perfluorcarbonos (PFCs) e Hexafluoreto de enxofre (SF_6) e Sulfeto de hidrogênio (H_2S).
- e) Dióxido de carbono (CO_2), Metano (CH_4), Perfluorcarbonos (PFCs) e Hexafluoreto de enxofre (SF_6).

Comentários

O Protocolo de Quioto visava a redução de emissões de seis GEEs: dióxido de carbono (CO_2), metano (CH_4), óxido nitroso (N_2O), hexafluoreto de enxofre (SF_6), hidrofluorcarbonos (HFCs) e perfluorcarbonos (PFCs).

Assim, verifica-se que somente a **alternativa E** trouxe apenas GEEs previstos no Protocolo. Não se incluem o gás cloro, o sulfeto de hidrogênio e o gás ozônio, presentes nas demais alternativas.

15. (PREMIER/PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ-RS – 2018) Analise os itens em relação aos gases.



- I - Existem gases destruidores de ozônio, produzidos por seres vivos.
- II - A destruição do ozônio tem sido uniforme em toda a estratosfera.
- III - A indústria produz gases destruidores de ozônio.
- IV - O lançamento de foguetes participa do processo de destruição da camada de ozônio.

Assinale a alternativa correta em relação aos itens acima.

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Apenas os itens I e II estão corretos.
- c) Apenas os itens I, III e IV estão corretos.
- d) Apenas os itens I, II e III estão corretos.
- e) Apenas os itens II, III e IV estão corretos.

Comentários

O item I está correto, a exemplo dos clorofluorcarbonetos.

O item II está errado, porque o buraco da camada de ozônio se evidencia no Polo Sul.

O item III está correto, a exemplo dos gases utilizados em equipamentos de resfriamento e aerossóis, como os CFCs.

O item IV está correto, visto que os foguetes também podem utilizar gases destruidores no mecanismo de propulsão.

Dessa maneira, apenas os itens I, III e IV estão corretos, sendo a **alternativa C** o nosso gabarito.

16. (FAUEL/IPRERINE – 2018) De acordo com o chamado Relatório Brundtland, elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, o conceito de desenvolvimento sustentável pode ser definido como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”. A este respeito, assinale a alternativa que NÃO contém um dos princípios fundamentais deste conceito.

- a) Eficiência econômica.
- b) Justiça social.
- c) Estagnação tecnológica.
- d) Prudência ecológica.

Comentários



Para atingir esse desenvolvimento sustentável, há que equilibrar o que se conhece por tripé da sustentabilidade, que preconiza que o desenvolvimento deve ser ecologicamente equilibrado, socialmente justo (equidade social) e economicamente viável.

Desse modo, a **alternativa C** é a única que destoa, sendo o nosso gabarito.

17. (FAUEL/PREFEITURA DE FRANCISCO BELTRÃO – 2018) A respeito da Agenda 21, assinale a opção INCORRETA:

a) É um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.

b) É um documento assinado em 14 de junho de 1992, no Rio de Janeiro, por 179 países, resultado da “Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento” – Rio 92.

c) A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, conhecida como Conferência de Estocolmo, realizada em 1972 em Estocolmo, na Suécia, elaborou o documento conhecido como Agenda 21, direcionando a atenção das nações para as questões ambientais.

d) O documento de 40 capítulos, chamado Agenda 21, é um programa de ação para promover, em escala planetária, um novo padrão de desenvolvimento, denominado “desenvolvimento sustentável”. O termo “Agenda 21” se refere às preocupações com o nosso futuro, agora, a partir do século XXI.

Comentários

A **alternativa C** está **errada** e é o nosso gabarito, uma vez que a Agenda 21 é produto da ECO-92, não da Conferência de Estocolmo.

18. (CEBRASPE/SEDUC-AL – 2017) No que concerne aos marcos históricos relacionados à educação ambiental, julgue o item a seguir.

A Conferência de Estocolmo resultou em escassos ganhos efetivos para o desenvolvimento de uma política mundial de proteção ambiental.

Comentários

A questão está **errada**, pois a Conferência de Estocolmo representa um importante marco para a articulação das entidades ambientalistas e os governos e é nela que se considera a adoção do termo ecodesenvolvimento, isto é, de relação entre desenvolvimento econômico e meio ambiente.

19. (CEBRASPE/CÂMARA DOS DEPUTADOS – 2014) A Organização das Nações Unidas (ONU) realiza, desde 1972, conferências com o objetivo de debater temas ligados ao desenvolvimento e ao meio ambiente. O Brasil sediou duas delas no Rio de Janeiro, em 1992 (Rio-92) e 2012 (Rio+20). Considerando os resultados dessas conferências realizadas pela ONU, tanto no plano nacional como no internacional, julgue o item a seguir.

A conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável realizada no Rio de Janeiro em 2012 (Rio+20) resultou em um tratado mandatário para os Estados que o assinaram, com dispositivos que abordam aspectos institucionais e substanciais do desenvolvimento sustentável.



Comentários

A questão está **errada**, pois da RIO+20 não resultou nenhum tratado de cunho mandatário, mas sim compromissos voluntários de renovação com o desenvolvimento sustentável.

20. (CEBRASPE/CÂMARA DOS DEPUTADOS – 2014) A Organização das Nações Unidas (ONU) realiza, desde 1972, conferências com o objetivo de debater temas ligados ao desenvolvimento e ao meio ambiente. O Brasil sediou duas delas no Rio de Janeiro, em 1992 (Rio-92) e 2012 (Rio+20). Considerando os resultados dessas conferências realizadas pela ONU, tanto no plano nacional como no internacional, julgue o item a seguir.

A Conferência de Joanesburgo sobre desenvolvimento sustentável de 2002 teve como resultado a assinatura da Convenção de Viena sobre a proteção da camada de ozônio e da Convenção de Basileia sobre o controle do movimento transfronteiriço de resíduos perigosos.

Comentários

A questão está **errada**, pois a Convenção de Viena para a proteção da camada de ozônio é de 1985 e a Convenção da Basileia é de 1989.

21. (CEBRASPE/INSTITUTO RIO BRANCO 2014) A Declaração do Milênio das Nações Unidas apoia os princípios consagrados na Agenda 21 e reafirma o compromisso de seus signatários com a implementação de diversos acordos ambientais. Com relação a esse tema, julgue (C ou E) o item a seguir.

Passo importante na evolução das discussões sobre meio ambiente, a Conferência de Estocolmo, de 1972, realizada no âmbito das Nações Unidas, mostrou que havia, naquele momento, grande convergência entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento sobre a necessidade de reduzir, por um tempo, o ritmo de suas atividades industriais.

Comentários

A questão está **errada**. Apesar dos avanços da Conferência de Estocolmo, ela também ficou marcada pela divergência entre os países do hemisfério Sul, menos desenvolvidos, e os países do hemisfério Norte, mais desenvolvidos. Isso porque os países mais industrializados se posicionaram de maneira mais preservacionista, enquanto os países menos desenvolvidos se posicionaram de modo mais desenvolvimentista.

22. (CEBRASPE/SUFRAMA - 2014) Com base na legislação acerca do meio ambiente, julgue o item a seguir.

A primeira conferência mundial para o meio ambiente e desenvolvimento sustentável, promovida em 1972 pela Organização das Nações Unidas (ONU), em Estocolmo, promoveu um importante debate acerca da questão ambiental e alertou os países a inserirem a temática no centro de suas políticas públicas.

Comentários



De fato, a primeira conferência foi a de Estocolmo e promoveu um importante debate acerca da questão ambiental. Questão correta.

23. (CEBRASPE/MPU – 2013) Com base na legislação ambiental, julgue o item a seguir.

A diplomacia ambiental abordada na Conferência de Estocolmo gerou tratados globais de conservação da biota do planeta Terra. Um desses tratados de conservação de espécies terrestres e aquáticas foi a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB).

Comentários

A questão está errada, pois a CDB só foi estabelecida posteriormente, na Rio-92.

24. (CEBRASPE/BRASÍLIA AMBIENTAL- 2009) Com relação ao movimento ambientalista e social brasileiro, julgue o item a seguir.

A Conferência de Estocolmo, em 1972, foi fundamental para a articulação das entidades ambientalistas e o governo. Tal ação se deu no sentido de aumentar o comprometimento do governo com a questão da poluição industrial.

Comentários

De fato, a Conferência de Estocolmo representa um importante marco para a articulação das entidades ambientalistas e os governos e é nela que se considera a adoção do termo ecodesenvolvimento.

Questão correta.

25. (UERR/CÂMARA DE BOA VISTA-RR – 2016, adaptada) Acerca do histórico, conceito e do Direito Ambiental, analise a assertiva.

A Convenção de Joanesburgo, realizada dez anos depois da Rio 92, gerou dois documentos importantes, a Declaração de Joanesburgo em Desenvolvimento Sustentável e o Plano de Implementação (PI). O segundo documento identificou várias metas, como a erradicação da pobreza e alteração dos padrões de consumo e de produção e proteção dos recursos naturais.

Comentários

Após 10 anos da Eco-92, foi realizada a Convenção de Joanesburgo, África do Sul, em 2002, também conhecida como Rio+10, com a intenção de discutir o que havia sido realizado até o momento e renovar os compromisso firmado entre os países, gerando um documento conhecido como Declaração de Joanesburgo e um Plano de Implementação.

Logo, questão correta.

26. (MSCONCURSOS – PREFEITURA DE ESTEIO-RS – 2015) No que diz respeito à sustentabilidade urbana, marque a alternativa que apresenta o programa de ação que foi adotado pelos 179 países



que estiveram na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como ECO 92:

- a) Protocolo de Kyoto
- b) Agenda 21
- c) Agenda Habitat
- d) Conama 307
- e) Protocolo de Montreal

Comentários

Lembre-se que a Agenda 21 foi produto da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento – Rio 92.

Assim, a **alternativa B** está correta e é o nosso gabarito.

27. (MSCONCURSOS/CREA-MG – 2014) Atualmente ainda válidos, são três os pilares do desenvolvimento sustentável. “A Declaração de Política de 2002 da Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável (Joanesburgo, África do Sul) afirma que ele é construído sobre três pilares interdependentes e que se suportam mutuamente. Em uma das alternativas a seguir, é apresentado um “ pilar” que não faz parte do que foi estabelecido pela Cúpula em 2002. Identifique essa alternativa.

- a) Interdependência ecossistêmica
- b) Desenvolvimento social
- c) Proteção ambiental
- d) Desenvolvimento econômico

Comentários

Para atingir o desenvolvimento sustentável, há que equilibrar o que se conhece por tripé da sustentabilidade, que preconiza que o desenvolvimento deve ser ecologicamente equilibrado, socialmente justo (equidade social) e economicamente viável. Destaque-se que esses três pilares foram oficialmente reconhecidos pela ONU durante a Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável realizada em Joanesburgo, África do Sul, em 2002.

Desse modo, a **alternativa A** destoa e está errada, sendo o nosso gabarito.

28. (CKM CONCURSOS/PREFEITURA DE FRANCO DA ROCHA-SP – 2015) Pode-se afirmar sobre o Aquecimento Global que

a) é um aumento significativo da temperatura média da Terra em período relativamente curto, em razão da atividade humana.



b) é apenas o aumento da temperatura global em períodos não adequados, como o calor em excesso no período do inverno em alguns países ou continentes.

c) é a amplitude térmica registrada entre a temperatura mínima e máxima de determinado período de uma região do Globo devido a ação humana.

d) é a mudança climática observada na Terra ao longo de sua existência, tanto em razão da atividade humana, quanto pelas causas naturais, como vulcanismos (excesso de poluentes lançados na atmosfera) e degelo glacial nos períodos mais quentes.

Comentários

Lembre-se que mudanças climáticas podem ocorrer independentemente da existência de vida humana no planeta. Todavia, nos últimos séculos e, em especial, nas últimas décadas, tem-se destacado o papel do homem nas mudanças climáticas em razão de aspectos como o modo de produção poluente e a supressão de ecossistemas naturais.

Nesse contexto, embora a definição de mudanças climáticas do IPCC considere também os fatores naturais, a ideia de aquecimento global geralmente considera o aumento da temperatura média da Terra em razão das atividades antrópicas de desmatamento e emissões de gases do efeito estufa (GEE).

Assim, a **alternativa A** está correta e é o nosso gabarito.

29. (ACP/PREFEITURA DE CANARANA-MT – 2014) Em 1972, realizou-se _____ com o objetivo de conscientizar a sociedade a melhorar a relação com o meio ambiente e assim atender às necessidades da população atual sem comprometer as gerações futuras. A Conferência das Nações Unidas foi a primeira atitude mundial a tentar preservar o meio ambiente.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do enunciado:

- a) O Protocolo de Kioto.
- b) A Conferência de Toronto.
- c) A Conferência de Estocolmo.
- d) A Conferência de Joanesburgo.

Comentários

A Primeira Conferência Mundial do Desenvolvimento e Meio Ambiente ocorreu na cidade de Estocolmo, Suécia, em 1972.

Logo, a **alternativa C** está correta e é o nosso gabarito.

30. (UFTM – 2014) A partir de junho de 1992, com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO 92), realizada no Rio de Janeiro, a expressão Desenvolvimento Sustentável passou a fazer parte do ambiente das organizações, de uma forma muito intensa. As três dimensões tradicionais do Desenvolvimento Sustentável são:



- a) Política, Ambiental e Cultural.
- b) Econômica, Social e Ambiental.
- c) Social, Econômica e Tecnológica.
- d) Ambiental, Política e Econômica.

Comentários

Para atingir o desenvolvimento sustentável, há que equilibrar o que se conhece por tripé da sustentabilidade, que preconiza que o desenvolvimento deve ser ecologicamente (ambientalmente) equilibrado, socialmente justo (equidade social) e economicamente viável.

Logo, a **alternativa B** está correta e é o nosso gabarito.

31. (EXATUS/PREFEITURA DE MARILUZ – 2012) Fala-se muito sobre os veículos poluidores, neste contexto, qual alternativa descreve a camada de ozônio?

- a) É resultado do lançamento excessivo de gases de efeito estufa, sobretudo o dióxido de carbono, na atmosfera. Esses gases formam uma espécie de cobertor cada dia mais espesso que torna o Planeta cada vez mais quente e não permite a saída de radiação solar.
- b) É um fenômeno natural para manter o planeta aquecido.
- c) Sua função é proteger a Terra impedindo a passagem de parte da radiação ultravioleta emitida pelo Sol.
- d) Um som indesejável, um barulho.

Comentários

O gás ozônio (O₃) é de fundamental importância o planeta. Sem ele, a vida na Terra como a conhecemos não seria possível diante dos estragos que a radiação ultravioleta do Sol provocaria. Basta pensar que a pouca radiação UV que não é absorvida pelo ozônio e chega à superfície já traz grandes consequências, tais como o impacto no sistema imunológico, os danos à visão, o envelhecimento precoce e o induzimento a neoplasias (câncer).

Então, a **alternativa C** está correta e é o nosso gabarito.

32. (CETAP/SEMMA-PA – 2012) Um número sem precedentes de representantes de Estado, da sociedade civil e do setor econômico compareceu à Rio-92 — 176 governos, mais de 100 chefes de Estado, cerca de 10 mil delegados, 1.400 organizações não-governamentais e aproximadamente 9 mil jornalistas (PNUMA, 2004). A RIO-92 | também conhecida como ECO-92, produziu grandes resultados, à dentre eles:

- a) a Agenda 21.
- b) a Convenção da Basiléia.
- c) o Protocolo de Quioto.



- d) o Tratado da Antártida.
- e) o Protocolo de Montreal.

Comentários

Os principais resultados e documentos gerados na Rio92 foram:

- a Carta da Terra, declaração de princípios éticos fundamentais para a construção de uma sociedade global justa, sustentável e pacífica.
- a Convenção sobre Diversidade Biológica, que trata da proteção da biodiversidade.
- a Convenção das Nações Unidas de Combate à Desertificação, que trata da importância de redução da desertificação, particularmente na África.
- a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, que trata das mudanças climáticas globais;
- a Declaração de Princípios sobre Florestas, que traz recomendações para a conservação e o desenvolvimento sustentável florestal;
- a Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Declaração do Rio), que ratificou os princípios estabelecidos na Conferência de Estocolmo e formulou 27 princípios para o desenvolvimento sustentável, a dignidade humana, o meio ambiente e as obrigações dos Estados em matéria de direitos ambientais dos seres humanos; e
- a **Agenda 21, talvez o documento mais emblemático do encontro e merece algumas considerações a mais.**

Portanto, a **alternativa A** está correta e é o nosso gabarito.

33. (FUNADEPI/PREFEITURA DE ANGICAL DO PIAUÍ – 2010) Em setembro de 2002, foi realizada a conferência das Nações Unidas sobre o desenvolvimento sustentável, também conhecida como Rio + 10, para avaliar os dez anos transcorridos da Rio-92. A citada conferência foi realizada:

- a) No Rio de Janeiro (Brasil).
- b) Em Kioto (Japão).
- c) Estocolmo (Suécia).
- d) Tóquio (Japão).
- e) Em Joanesburgo (África do Sul).

Comentários

A Rio+10 foi realizada em Joanesburgo, África do Sul. Foi nela, por exemplo, que os três pilares da sustentabilidade foram oficialmente reconhecidos pela ONU. Cuidado, pois a Rio+20, em 2012, que foi realizada novamente no Rio de Janeiro.

Assim, a **alternativa E** está correta e é o nosso gabarito.



34. (AOCP/ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS – 2008) Na década de 90 ocorreu o amadurecimento da consciência ambiental e a expressão “qualidade ambiental” passou a fazer parte do universo social. O termo “desenvolvimento sustentável” surgiu décadas antes, sendo conhecido, difundido e discutido a partir de outros termos que foram estudados durante os encontros que trataram do assunto. Assinale a alternativa que apresenta, respectivamente, o termo anterior que originou o nome “desenvolvimento sustentável”; a reunião, conferência ou encontro em que este fato ocorreu; o ano em que este fato ocorreu.

- a) Qualidade ambiental; Rio-92; 1.992.
- b) Meio ambiente sustentável; Conferência de Estocolmo; 1.974.
- c) Desenvolvimento ecologicamente sustentável; Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável; 2.002.
- d) Ecodesenvolvimento; Conferência de Estocolmo; 1.972.
- e) Meio ambiente e desenvolvimento; Rio-92; 1.992.

Comentários

A ideia de desenvolvimento sustentável foi trazida de forma genérica, pela primeira vez, na Conferência de Estocolmo de 1972, sob o termo Ecodesenvolvimento.

Dessarte, a **alternativa D** está correta e é o nosso gabarito.



LISTA DE QUESTÕES

Conceito de meio ambiente

1. (CEBRASPE/TJ-BA – 2019) De acordo com a jurisprudência do STF, o conceito de meio ambiente inclui as noções de meio ambiente
 - a) artificial, histórico, natural e do trabalho.
 - b) cultural, artificial, natural e do trabalho.
 - c) natural, histórico e biológico.
 - d) natural, histórico, artificial e do trabalho.
 - e) cultural, natural e biológico.

2. (CEBRASPE/PREFEITURA DE FORTALEZA-CE – 2017) De acordo com os princípios do direito ambiental, julgue o item que se segue.

O conceito de meio ambiente que vem embutido na norma jurídica não abrange o conjunto de leis que rege a vida em todas as suas formas.

3. (CEBRASPE/MPOG – 2012) Julgue o próximo item, relativo a meio ambiente.

De acordo com a doutrina majoritária, o conceito de meio ambiente tende a ser globalizante, abrangendo não apenas o meio ambiente natural, mas também o cultural, o artificial e o meio ambiente do trabalho.

4. (CEBRASPE/HEMOBRÁS – 2008) Julgue o item a seguir relativo ao meio ambiente.

A CF define meio ambiente como o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica que permitem, abrigam e regem a vida em todas as suas formas.

5. (CEBRASPE/MPE-RR – 2008) Quanto ao conceito de direito ambiental, julgue os seguintes itens.

Até o advento da lei que instituiu a Política Nacional do Meio Ambiente, não existia uma definição legal e(ou) regular de meio ambiente. A partir de então, conceituou-se meio ambiente como o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas.



6. (NUCEPE/PREFEITURA DE TERESINA-PI – 2019) Acerca da classificação do Meio Ambiente, marque a alternativa CORRETA.

- a) Integra o Meio Ambiente Artificial o patrimônio artístico, paisagístico, arqueológico, histórico e científico.
- b) O Meio Ambiente Cultural é constituído pelo ambiente, local, no qual as pessoas desenvolvem as suas atividades laborais, remuneradas ou não remuneradas.
- c) O Meio Ambiente Artificial compreende o espaço urbano construído, consistente no conjunto de edificações, e espaços urbanos abertos.
- d) O Meio Ambiente do Trabalho é composto pela atmosfera, águas, solo e subsolo, fauna e flora e o patrimônio genético.
- e) O Meio Ambiente do Trabalho envolve tudo o que integra o Meio Ambiente Artificial e Meio Ambiente Cultural.

7. (IBEG/PREFEITURA DE TEIXEIRA DE FREITAS-BA – 2016, adaptada) Analise a assertiva a seguir:

O conceito normativo de meio ambiente abrange o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física, química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas suas formas, não incluindo o patrimônio edificado.

8. (IBEG/PREFEITURA DE MENDES-RJ – 2016, adaptada) Analise a assertiva a seguir:

De acordo com a doutrina majoritária, o conceito de meio ambiente tende a ser globalizante, abrangendo não apenas o meio ambiente natural, mas também o cultural, o artificial e o meio ambiente do trabalho.

9. (SHDIAS/CEASA-CAMPINAS – 2014) A atmosfera, as águas interiores, superficiais e subterrâneas, os estuários, o mar territorial, o solo, o subsolo, os elementos da biosfera, são classificados como:

- a) Recursos ambientais.
- b) Meio ambiente.
- c) Recursos inesgotáveis.
- d) Fauna.

Fontes do Direito Ambiental

10. (CPCON UEPB - CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LUZIA-PB – 2020) O aquecimento global é um fenômeno cada vez mais estudado por cientistas e causa preocupação para a sociedade planetária. Analise as proposições a seguir e responda o que se pede.



I- A principal causa do aquecimento global que afeta todo o planeta é a intensificação do efeito estufa, fenômeno natural responsável pela manutenção do calor na Terra.

II- O desmatamento das áreas naturais contribui para o aquecimento global no sentido de promover um desequilíbrio climático decorrente da remoção da vegetação, que tem como função o controle das temperaturas e dos regimes de chuva.

III- Algumas das consequências do aquecimento global são o derretimento das calotas polares, o aumento do nível dos oceanos, a diminuição dos recursos hídricos.

É VERDADEIRO o que se afirma em:

- a) III apenas.
- b) II apenas.
- c) I, II e III.
- d) I apenas.
- e) II e III apenas.

11. (VUNESP/TJ-RJ – 2019) No âmbito do Direito Internacional do Meio Ambiente, a preocupação universal sobre o uso saudável e sustentável do planeta e de seus recursos motivou a ONU a convocar, em 1972, a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano.

A respeito da referida Conferência, assinale a alternativa correta.

- a) Adotou a “Agenda 21”, um diagrama para a proteção do nosso planeta e seu desenvolvimento sustentável.
- b) Adotou a “Declaração das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente”, que apresenta 26 princípios referentes à proteção do meio ambiente.
- c) Adotou os Objetivos para Desenvolvimento do Milênio (ODM).
- d) Gerou a Convenção da ONU sobre a Diversidade Biológica.
- e) Gerou o relatório “Nosso Futuro Comum”, que traz o conceito de desenvolvimento sustentável para o discurso público.

12. (VUNESP/PREFEITURA DE ITAPEVI-SP – 2019) O Acordo de Paris é um tratado no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima que, a partir de 2020, rege medidas de redução de emissão de

- a) gás metano.
- b) óxidos de nitrogênio.
- c) dióxido de carbono.
- d) clorofluorcarbono.



e) hidrofluorcarbonos.

13. (VUNESP/TJ-RJ – 2016) Na evolução da normativa do Direito Ambiental Internacional, pode-se identificar documentos elaborados por Comissões, como ocorreu com a Comissão da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Esses documentos são posteriormente discutidos para, eventualmente, serem incorporados em Declarações de Princípios das Conferências sobre Meio Ambiente. Esse processo pode ser identificado, quando da consagração do princípio do desenvolvimento sustentável, respectivamente, pelo

- a) Programa da Agenda 21 e Declaração do Rio/92.
- b) Plano de vigia Earthwatch e Cúpula de Johannesburgo.
- c) Relatório Brundtland e Declaração do Rio/92.
- d) Relatório Brundtland e Declaração de Estocolmo.
- e) Plano de vigia Earthwatch e Declaração de Estocolmo.

14. (FCC/SEMAR-PI – 2018) O Protocolo de Kioto considera como Gases de Efeito Estufa:

- a) Metano (CH_4), Perfluorcarbonos (PFCs), Gás Cloro (Cl_2) e Óxido nitroso (N_2O).
- b) Óxido nitroso (N_2O), Hidrofluorcarbonos (HFCs), Perfluorcarbonos (PFCs) e Sulfeto de hidrogênio (H_2S).
- c) Hexafluoreto de enxofre (SF_6), Sulfeto de hidrogênio (H_2S), Metano (CH_4) e Ozônio (O_3).
- d) Gás Cloro (Cl_2), Perfluorcarbonos (PFCs) e Hexafluoreto de enxofre (SF_6) e Sulfeto de hidrogênio (H_2S).
- e) Dióxido de carbono (CO_2), Metano (CH_4), Perfluorcarbonos (PFCs) e Hexafluoreto de enxofre (SF_6).

15. (PREMIER/PREFEITURA DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ-RS – 2018) Analise os itens em relação aos gases.

I - Existem gases destruidores de ozônio, produzidos por seres vivos.

II - A destruição do ozônio tem sido uniforme em toda a estratosfera.

III - A indústria produz gases destruidores de ozônio.

IV - O lançamento de foguetes participa do processo de destruição da camada de ozônio.

Assinale a alternativa correta em relação aos itens acima.

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Apenas os itens I e II estão corretos.
- c) Apenas os itens I, III e IV estão corretos.
- d) Apenas os itens I, II e III estão corretos.



e) Apenas os itens II, III e IV estão corretos.

16. (FAUEL/IPRERINE – 2018) De acordo com o chamado Relatório Brundtland, elaborado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, o conceito de desenvolvimento sustentável pode ser definido como “o desenvolvimento que satisfaz as necessidades presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de suprir suas próprias necessidades”. A este respeito, assinale a alternativa que NÃO contém um dos princípios fundamentais deste conceito.

- a) Eficiência econômica.
- b) Justiça social.
- c) Estagnação tecnológica.
- d) Prudência ecológica.

17. (FAUEL/PREFEITURA DE FRANCISCO BELTRÃO – 2018) A respeito da Agenda 21, assinale a opção INCORRETA:

a) É um instrumento de planejamento para a construção de sociedades sustentáveis que concilia métodos de proteção ambiental, justiça social e eficiência econômica.

b) É um documento assinado em 14 de junho de 1992, no Rio de Janeiro, por 179 países, resultado da “Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento” – Rio 92.

c) A Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, conhecida como Conferência de Estocolmo, realizada em 1972 em Estocolmo, na Suécia, elaborou o documento conhecido como Agenda 21, direcionando a atenção das nações para as questões ambientais.

d) O documento de 40 capítulos, chamado Agenda 21, é um programa de ação para promover, em escala planetária, um novo padrão de desenvolvimento, denominado “desenvolvimento sustentável”. O termo “Agenda 21” se refere às preocupações com o nosso futuro, agora, a partir do século XXI.

18. (CEBRASPE/SEDUC-AL – 2017) No que concerne aos marcos históricos relacionados à educação ambiental, julgue o item a seguir.

A Conferência de Estocolmo resultou em escassos ganhos efetivos para o desenvolvimento de uma política mundial de proteção ambiental.

19. (CEBRASPE/CÂMARA DOS DEPUTADOS – 2014) A Organização das Nações Unidas (ONU) realiza, desde 1972, conferências com o objetivo de debater temas ligados ao desenvolvimento e ao meio ambiente. O Brasil sediou duas delas no Rio de Janeiro, em 1992 (Rio-92) e 2012 (Rio+20). Considerando os resultados dessas conferências realizadas pela ONU, tanto no plano nacional como no internacional, julgue o item a seguir.



A conferência das Nações Unidas sobre desenvolvimento sustentável realizada no Rio de Janeiro em 2012 (Rio+20) resultou em um tratado mandatário para os Estados que o assinaram, com dispositivos que abordam aspectos institucionais e substanciais do desenvolvimento sustentável.

20. (CEBRASPE/CÂMARA DOS DEPUTADOS – 2014) A Organização das Nações Unidas (ONU) realiza, desde 1972, conferências com o objetivo de debater temas ligados ao desenvolvimento e ao meio ambiente. O Brasil sediou duas delas no Rio de Janeiro, em 1992 (Rio-92) e 2012 (Rio+20). Considerando os resultados dessas conferências realizadas pela ONU, tanto no plano nacional como no internacional, julgue o item a seguir.

A Conferência de Joanesburgo sobre desenvolvimento sustentável de 2002 teve como resultado a assinatura da Convenção de Viena sobre a proteção da camada de ozônio e da Convenção de Basileia sobre o controle do movimento transfronteiriço de resíduos perigosos.

21. (CEBRASPE/INSTITUTO RIO BRANCO 2014) A Declaração do Milênio das Nações Unidas apoia os princípios consagrados na Agenda 21 e reafirma o compromisso de seus signatários com a implementação de diversos acordos ambientais. Com relação a esse tema, julgue (C ou E) o item a seguir.

Passo importante na evolução das discussões sobre meio ambiente, a Conferência de Estocolmo, de 1972, realizada no âmbito das Nações Unidas, mostrou que havia, naquele momento, grande convergência entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento sobre a necessidade de reduzir, por um tempo, o ritmo de suas atividades industriais.

22. (CEBRASPE/SUFRAMA - 2014) Com base na legislação acerca do meio ambiente, julgue o item a seguir.

A primeira conferência mundial para o meio ambiente e desenvolvimento sustentável, promovida em 1972 pela Organização das Nações Unidas (ONU), em Estocolmo, promoveu um importante debate acerca da questão ambiental e alertou os países a inserirem a temática no centro de suas políticas públicas.

23. (CEBRASPE/MPU – 2013) Com base na legislação ambiental, julgue o item a seguir.

A diplomacia ambiental abordada na Conferência de Estocolmo gerou tratados globais de conservação da biota do planeta Terra. Um desses tratados de conservação de espécies terrestres e aquáticas foi a Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB).

24. (CEBRASPE/BRASÍLIA AMBIENTAL- 2009) Com relação ao movimento ambientalista e social brasileiro, julgue o item a seguir.

A Conferência de Estocolmo, em 1972, foi fundamental para a articulação das entidades ambientalistas e o governo. Tal ação se deu no sentido de aumentar o comprometimento do governo com a questão da poluição industrial.



25. (UERR/CÂMARA DE BOA VISTA-RR – 2016, adaptada) Acerca do histórico, conceito e do Direito Ambiental, analise a assertiva.

A Convenção de Joanesburgo, realizada dez anos depois da Rio 92, gerou dois documentos importantes, a Declaração de Joanesburgo em Desenvolvimento Sustentável e o Plano de Implementação (PI). O segundo documento identificou várias metas, como a erradicação da pobreza e alteração dos padrões de consumo e de produção e proteção dos recursos naturais.

26. (MSCONCURSOS – PREFEITURA DE ESTEIO-RS – 2015) No que diz respeito à sustentabilidade urbana, marque a alternativa que apresenta o programa de ação que foi adotado pelos 179 países que estiveram na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, também conhecida como ECO 92:

- a) Protocolo de Kyoto
- b) Agenda 21
- c) Agenda Habitat
- d) Conama 307
- e) Protocolo de Montreal

27. (MSCONCURSOS/CREA-MG – 2014) Atualmente ainda válidos, são três os pilares do desenvolvimento sustentável. “A Declaração de Política de 2002 da Cúpula Mundial sobre o Desenvolvimento Sustentável (Joanesburgo, África do Sul) afirma que ele é construído sobre três pilares interdependentes e que se suportam mutuamente. Em uma das alternativas a seguir, é apresentado um “ pilar” que não faz parte do que foi estabelecido pela Cúpula em 2002. Identifique essa alternativa.

- a) Interdependência ecossistêmica
- b) Desenvolvimento social
- c) Proteção ambiental
- d) Desenvolvimento econômico

28. (CKM CONCURSOS/PREFEITURA DE FRANCO DA ROCHA-SP – 2015) Pode-se afirmar sobre o Aquecimento Global que

a) é um aumento significativo da temperatura média da Terra em período relativamente curto, em razão da atividade humana.

b) é apenas o aumento da temperatura global em períodos não adequados, como o calor em excesso no período do inverno em alguns países ou continentes.

c) é a amplitude térmica registrada entre a temperatura mínima e máxima de determinado período de uma região do Globo devido a ação humana.



d) é a mudança climática observada na Terra ao longo de sua existência, tanto em razão da atividade humana, quanto pelas causas naturais, como vulcanismos (excesso de poluentes lançados na atmosfera) e degelo glacial nos períodos mais quentes.

29. (ACP/PREFEITURA DE CANARANA-MT – 2014) Em 1972, realizou-se _____ com o objetivo de conscientizar a sociedade a melhorar a relação com o meio ambiente e assim atender às necessidades da população atual sem comprometer as gerações futuras. A Conferência das Nações Unidas foi a primeira atitude mundial a tentar preservar o meio ambiente.

Assinale a alternativa que preenche corretamente a lacuna do enunciado:

- a) O Protocolo de Kioto.
- b) A Conferência de Toronto.
- c) A Conferência de Estocolmo.
- d) A Conferência de Joanesburgo.

30. (UFTM – 2014) A partir de junho de 1992, com a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO 92), realizada no Rio de Janeiro, a expressão Desenvolvimento Sustentável passou a fazer parte do ambiente das organizações, de uma forma muito intensa. As três dimensões tradicionais do Desenvolvimento Sustentável são:

- a) Política, Ambiental e Cultural.
- b) Econômica, Social e Ambiental.
- c) Social, Econômica e Tecnológica.
- d) Ambiental, Política e Econômica.

31. (EXATUS/PREFEITURA DE MARILUZ – 2012) Fala-se muito sobre os veículos poluidores, neste contexto, qual alternativa descreve a camada de ozônio?

a) É resultado do lançamento excessivo de gases de efeito estufa, sobretudo o dióxido de carbono, na atmosfera. Esses gases formam uma espécie de cobertor cada dia mais espesso que torna o Planeta cada vez mais quente e não permite a saída de radiação solar.

b) É um fenômeno natural para manter o planeta aquecido.

c) Sua função é proteger a Terra impedindo a passagem de parte da radiação ultravioleta emitida pelo Sol.

d) Um som indesejável, um barulho.

32. (CETAP/SEMMA-PA – 2012) Um número sem precedentes de representantes de Estado, da sociedade civil e do setor econômico compareceu à Rio-92 — 176 governos, mais de 100 chefes de Estado, cerca de 10 mil delegados, 1.400 organizações não-governamentais e aproximadamente



9 mil jornalistas (PNUMA, 2004). A RIO-92 | também conhecida como ECO-92, produziu grandes resultados, à dentre eles:

- a) a Agenda 21.
- b) a Convenção da Basiléia.
- c) o Protocolo de Quioto.
- d) o Tratado da Antártida.
- e) o Protocolo de Montreal.

33. (FUNADEPI/PREFEITURA DE ANGICAL DO PIAUÍ – 2010) Em setembro de 2002, foi realizada a conferência das Nações Unidas sobre o desenvolvimento sustentável, também conhecida como Rio + 10, para avaliar os dez anos transcorridos da Rio-92. A citada conferência foi realizada:

- a) No Rio de Janeiro (Brasil).
- b) Em Kioto (Japão).
- c) Estocolmo (Suécia).
- d) Tóquio (Japão).
- e) Em Joanesburgo (África do Sul).

34. (AOCP/ELETROSUL CENTRAIS ELÉTRICAS – 2008) Na década de 90 ocorreu o amadurecimento da consciência ambiental e a expressão “qualidade ambiental” passou a fazer parte do universo social. O termo “desenvolvimento sustentável” surgiu décadas antes, sendo conhecido, difundido e discutido a partir de outros termos que foram estudados durante os encontros que trataram do assunto. Assinale a alternativa que apresenta, respectivamente, o termo anterior que originou o nome “desenvolvimento sustentável”; a reunião, conferência ou encontro em que este fato ocorreu; o ano em que este fato ocorreu.

- a) Qualidade ambiental; Rio-92; 1.992.
- b) Meio ambiente sustentável; Conferência de Estocolmo; 1.974.
- c) Desenvolvimento ecologicamente sustentável; Cúpula Mundial sobre Desenvolvimento Sustentável; 2.002.
- d) Ecodesenvolvimento; Conferência de Estocolmo; 1.972.
- e) Meio ambiente e desenvolvimento; Rio-92; 1.992.



GABARITO



GABARITO

- | | | |
|------------|-------------|-------------|
| 1. B | 13. C | 25. CORRETA |
| 2. ERRADA | 14. E | 26. B |
| 3. CORRETA | 15. C | 27. A |
| 4. ERRADA | 16. C | 28. A |
| 5. CORRETA | 17. C | 29. C |
| 6. C | 18. ERRADA | 30. B |
| 7. CORRETA | 19. ERRADA | 31. C |
| 8. CORRETA | 20. ERRADA | 32. A |
| 9. A | 21. ERRADA | 33. E |
| 10. C | 22. CORRETA | 34. D |
| 11. B | 23. ERRADA | |
| 12. C | 24. CORRETA | |



ESSA LEI TODO MUNDO CONHECE: PIRATARIA É CRIME.

Mas é sempre bom revisar o porquê e como você pode ser prejudicado com essa prática.



1 Professor investe seu tempo para elaborar os cursos e o site os coloca à venda.



2 Pirata divulga ilicitamente (grupos de rateio), utilizando-se do anonimato, nomes falsos ou laranjas (geralmente o pirata se anuncia como formador de "grupos solidários" de rateio que não visam lucro).



3 Pirata cria alunos fake praticando falsidade ideológica, comprando cursos do site em nome de pessoas aleatórias (usando nome, CPF, endereço e telefone de terceiros sem autorização).



4 Pirata compra, muitas vezes, clonando cartões de crédito (por vezes o sistema anti-fraude não consegue identificar o golpe a tempo).



5 Pirata fere os Termos de Uso, adultera as aulas e retira a identificação dos arquivos PDF (justamente porque a atividade é ilegal e ele não quer que seus fakes sejam identificados).



6 Pirata revende as aulas protegidas por direitos autorais, praticando concorrência desleal e em flagrante desrespeito à Lei de Direitos Autorais (Lei 9.610/98).



7 Concurseiro(a) desinformado participa de rateio, achando que nada disso está acontecendo e esperando se tornar servidor público para exigir o cumprimento das leis.



8 O professor que elaborou o curso não ganha nada, o site não recebe nada, e a pessoa que praticou todos os ilícitos anteriores (pirata) fica com o lucro.



Deixando de lado esse mar de sujeira, aproveitamos para agradecer a todos que adquirem os cursos honestamente e permitem que o site continue existindo.